

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

ANTONIO IDILVAN DE LIMA ALENCAR

**A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO CEARÁ NA
PERSPECTIVA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL**

JUIZ DE FORA
2015

ANTONIO IDILVAN DE LIMA ALENCAR

**A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO CEARÁ NA
PERSPECTIVA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius David

JUIZ DE FORA

2015

ANTONIO IDILVAN DE LIMA ALENCAR

**A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO CEARÁ, NA
PERSPECTIVA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Prof. Dr. Marcus Vinicius David (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Membro da banca

Membro da banca

Dedico este trabalho à minha mãe, Vicencinha Alencar, que está comigo em todos os momentos da minha vida, professora aposentada da Rede Pública Estadual de Ensino do Ceará. Exemplo de uma vida dedicada à educação.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que toma a frente de todos os meus projetos e decisões.

À minha família que torce pelo meu sucesso e, sobretudo, minha felicidade.

A todos os meus amigos e amigas, que, para não cometer o erro de não mencionar algum, por serem muitos, não irei citar os nomes.

Ao professor Doutor Marcus David, pela significativa orientação.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, do Centro de Políticas e Avaliação da Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, pelas importantes contribuições.

Aos colegas de turma do Mestrado Avaliação da Educação Pública, do Centro de Políticas e Avaliação da Educação em Educação, pelo incentivo e parceria.

À Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC/CE).

RESUMO

O presente estudo insere-se em meio ao atual contexto brasileiro de desenvolvimento e expansão da política da Educação Profissional integrada ao Ensino Médio. O Estado do Ceará implantou uma rede de escolas profissionais, a partir de 2008, e possui desafios financeiros com a manutenção e ampliação da oferta nesta modalidade. Isso nos levou a investigar as empresas concedentes de estágio aos alunos das Escolas de Educação Profissional do Estado do Ceará. Nosso objetivo geral é analisar a Política de Educação Profissional do Estado do Ceará (entre os anos de 2008-2014) a partir da percepção das empresas concedentes de estágio aos alunos da rede de ensino, com vistas à perspectiva de responsabilidade social. Traçamos um percurso metodológico que utiliza técnicas exploratórias para considerar o objeto principal do estudo; fontes bibliográficas e documentais para construir o procedimento de coleta, que utiliza como instrumento o questionário estruturado; análises qualitativas para avaliar a natureza dos dados coletados; e pesquisas de campo para capturar elementos para as análises subsequentes. A partir das técnicas de pesquisa que traçamos, tornou-se necessário analisar os documentos nacionais que normatizam a Educação Nacional, entre eles, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Nº 9.394/96, a Lei de estágio Lei Nº 11.788, o Documento Base para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio e o Parecer CNE/CEB Nº 39/2004. As políticas do Estado do Ceará que normatizam a Educação Profissional, a Lei de Criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional, Lei Nº 14.273/08, também foram consideradas. Diante disso, partimos dos estudos de Fonseca (1961), Garcia (2009), Freitas (2014), Ciavatta e Ramos (2015) e Jost e Schlesemer (2015) para compreender mais a fundo nosso objeto de estudo. Além disso, baseamo-nos em Gonçalves (2003) e Severino (2007) para fundamentar nosso procedimento metodológico. Por fim, utilizamos Borger (2001) e Rico (2004) para abordar questões relacionadas ao tema da responsabilidade social. Uma vez concluída a nossa análise – e observada a aceitação da perspectiva de responsabilidade social por parte das empresas entrevistadas – lançamos um plano de ação para apresentar à Secretaria de Educação do Estado do Ceará com propostas que podem impactar de forma positiva na redução dos gastos públicos e na ampliação da Educação Profissional do Estado do Ceará, em consonância com as determinações do Plano Nacional de Educação (2014-2024).

Palavras-chave: Educação Profissional; Responsabilidade Social; Bolsa-estágio. Financiamento Público.

ABSTRACT

This study is positioned amid the Brazilian current context of development and expansion of the Professional Education policy integrated to high school. The State of Ceará has implemented a network of Professional Schools since 2008 and has faced financial challenges related to the maintenance and expansion of seats in this school modality. This led us to research about the companies that offer internships in the scope of the Professional Education Policy of the State of Ceará. Our main objective: to analyze the Professional Education Policy of the State of Ceará (2008-2014) based on the perception of the companies that offer internship to students of this school system aiming the perspective of social responsibility. In order to achieve this main goal we have developed a methodological framework that uses exploratory techniques when taking into account the object's content; bibliographical and documentary sources in order to construct a procedure to collect information, embodied in a structured questionnaire; qualitative measures to study the nature of gathered data; and field exercises to capture inputs for subsequent analysis. Through the methods above we intend to study national documents that regulate Education at the country level, as the Federal Constitution (1988), the National Educational Bases and Guidelines Law (LDB, No. 9.394/96), the Fellowship-Scholarship Law (No. 11.788/2008), the Base Document for the Integration of Secondary Level Professional Education to High School (2007) and the CNE/CEB Opinion No. 39/2004. Furthermore, Ceará's state policies aimed at normatize the local Professional Education, as the Establishment of Professional Education Schools at the State Level Law (No. 14.273/2008), will also be taken into account. We will start from studies of Fonseca (1961), Garcia (2009), Freitas (2014), Ciavatta and Ramos (2015) and Jost and Schlesemer (2015), with the intention of understanding our object of study in a more profound way. The studies of Gonçalves (2003) and Severino (2007) will then support our methodological outlines. Borger (2001) and Rico (2004) will support the reflections related to social responsibility issues. Once the analysis is concluded (and assuming the incorporation of the social responsibility issue as a valid perspective by the interviewed organizations), we therefore present an action plan to Ceará's Education Department containing effective suggestions in order to reduce public expenditure and to expand Professional Education on that State, in line with National Education Plan (2014-2014) guidelines and measures.

Keywords: Professional education; Social responsibility; Scholarship internship; Public funding.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADACE	Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará
ASTIN	Assessoria de Tecnologia da Informação
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAED	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CDL	Centro de Diretores Lojistas
CE	Ceará
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica
CENTEC	Centro de Ensino Tecnológico
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
COADM	Coordenadoria Administrativa
COEDP	Coordenadoria da Educação Profissional
COPED	Coordenadoria de Planejamento e Políticas Educacionais
CREDE	Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
DOE-CE	Diário Oficial do Estado do Ceará
EEEP	Escola Estadual de Educação Profissional
EMI	Ensino Médio Integrado
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FECOP	Fundo Estadual de Combate à Pobreza
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IA	Instituto Aliança com o Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPECE	Instituto de Pesquisa Estatística do Estado do Ceará
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação

MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NTPPS	Núcleo Trabalho, Pesquisa e demais Práticas Sociais
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAE	Plano Ação Educacional
PAR	Plano de Ações Articuladas
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SDE	Secretaria do Desenvolvimento Econômico
SEDUC-CE	Secretaria da Educação do Estado do Ceará
SEFOR	Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLAG	Secretaria do Planejamento e Gestão
SEXEC	Secretaria Executiva
SICE	Sistema Informatizado de Captação de Estágio
STDS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
TCE	Termo de Compromisso de Estágio
TER	Termo de Realização de Estágio
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Categorias conceituais de análise do financiamento da Bolsa-estágio.....	61
Figura 2 - Síntese gráfica do trabalho	94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Série histórica EEEP	39
Gráfico 2 – EEEP, por Município	40
Gráfico 3 - EEEP cursos, por ano	40
Gráfico 4 - Expansão das matrículas das EEEPs 2008 – 2014	41
Gráfico 5 - Setor econômico.....	65
Gráfico 6 - Área de atividade das empresas	66
Gráfico 7 - Porte das empresas.....	66
Gráfico 8 - Número de funcionários.....	68
Gráfico 9 - Número de estagiários das empresas	69
Gráfico 10 - Conhecimento sobre o programa de educação profissional	70
Gráfico 11 - Opinião sobre a política de educação profissional.....	71
Gráfico 12 - Grau de satisfação da empresa com os estagiários	72
Gráfico 13 - Recomendação de estagiários a outras empresas.....	73
Gráfico 14 - Percepção da empresa sobre responsabilidade Social	74
Gráfico 15 - Motivações: possibilidade de integrar o quadro permanente.....	75
Gráfico 16 - Motivações: contribuir para a formação de bons técnicos	76
Gráfico 17 - Motivações: suprimir carência de funcionários da empresa	76
Gráfico 18 - Motivações: atendimento às determinações legais	77
Gráfico 19 - Motivações: acompanhamento dos estagiários pelas instituições.....	78
Gráfico 20 - Motivações: a credibilidade da instituição e qualidade da formação	78
Gráfico 21 - Motivações: possibilidade de transmitir os valores da empresa	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resultados e metas do IDEB do Estado do Ceará 4ª série/5º ano	36
Tabela 2 - Resultados e metas do IDEB do Estado do Ceará 8ª série/9º ano	36
Tabela 3 - Resultados e metas do IDEB do Estado do Ceará 3ª série EM	36
Tabela 4 - Custeio das Escolas Estaduais de Educação Profissional	47
Tabela 5 - Valores e beneficiados através da concessão da bolsa-estágio 2010 – 2014	48
Tabela 6 - Localização da empresa	64
Tabela 7 - Cargo que ocupa na empresa	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Evolução Histórica da Educação Profissional no Brasil	32
Quadro 2 - Ações e estratégias da intervenção 1	89
Quadro 3 - Ações e estratégias da intervenção 2	90
Quadro 4 - Ações e estratégias da intervenção 3	91
Quadro 5 - Ações e estratégias da intervenção 4	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E NO CEARÁ	21
1.1 Percurso histórico da educação profissional no Brasil.....	21
1.2 Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: Novos desafios	27
1.3 Percurso histórico da Educação Profissional no Estado do Ceará.....	33
1.3.1 Dados gerais do estado do Ceará.....	34
1.3.2 A Secretaria da Educação do Estado do Ceará.....	36
1.3.3 A evolução da Educação Profissional no estado do Ceará (2008-2014)	38
1.4 O Estágio Escolar Supervisionado Como Componente Curricular Obrigatório.....	42
1.5 Financiamento e Custeio das Escolas Estaduais de Educação Profissionais: a Bolsa-Estágio.....	46
1.5.1 O Financiamento e Custeio da Bolsa-estágio: a questão proposta às Escolas Estaduais de Educação Profissional	47
2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO CEARÁ: APONTAMENTOS CONCEITUAIS, METODOLOGIA E ANÁLISES	51
2.1 Apontamentos Conceituais da relação entre trabalho e educação profissional	51
2.2 A interação entre o Estado e o setor privado no âmbito da formação profissional	53
2.3 Metodologia aplicada à pesquisa	59
2.3.1 Caracterização da pesquisa	59
2.3.2 Modelo Teórico de Investigação.....	60
2.3.3 Descrição da População e Amostra	61
2.3.4 Instrumento de Pesquisa.....	62
2.4 Análise dos Resultados	63
2.5 Principais constatações	79
3 PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL PARA AS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADAS À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS.....	96

APÊNDICE A103
APÊNDICE B105
APÊNDICE C106
APÊNDICE D109
APÊNDICE E110

INTRODUÇÃO

O intenso contexto de transformações oriundo do processo de globalização, de internacionalização de capitais e da incorporação de novas tecnologias de informação e comunicação exige profissionais cada vez mais capacitados para inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, o Estado, a sociedade e o setor empresarial devem estar comprometidos com as causas educacionais e com o estabelecimento de parcerias para o financiamento de ações de formação profissional para o trabalho.

A partir da década de 1990, evidenciamos os efeitos desse cenário de transformações mundiais na economia brasileira e no processo de modernização do país, promovendo alterações no setor educacional e na formação dos indivíduos, exigindo a aquisição de conhecimentos e habilidades de forma contextualizada, interdisciplinar, além da preparação para o mundo do trabalho e para a continuidade dos estudos.

De acordo com Oliveira e Gomes (2011), coube ao Ensino Médio, etapa final da educação básica, a responsabilidade de responder às transformações sociais e políticas desencadeadas pelas reformas do Estado, sob a égide da globalização do capital, e preparar os indivíduos para os desafios apresentados pelo mercado de trabalho.

As iniciativas do governo federal para impulsionar o financiamento e os avanços necessários ao desenvolvimento da política educacional, em âmbito nacional, foram observadas por meio do estabelecimento das diretrizes do Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), iniciativa baseada no compromisso do Brasil com as decisões da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990, sob os auspícios de três agências do sistema ONU e do Banco Mundial (BID). A elaboração do plano foi coordenada pelo Ministério da Educação (MEC) e contou com a participação dos entes federados, de entidades governamentais e não-governamentais. Tal iniciativa, no âmbito nacional, foi fundamental para mobilizar estados, municípios e segmentos representativos da sociedade em prol da melhoria da educação no País. No Ceará, esse movimento culminou com a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos, em 1994, e do documento “Todos pela Educação de Qualidade para Todos”, em 1995.

A partir de 1996, por meio da Lei Nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996a), foi estabelecida uma nova forma de subvinculação de impostos que, com a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), em 1998, passava a priorizar o Ensino Fundamental¹ em detrimento dos outros níveis de ensino e definia regras e procedimentos para aplicação, prestação e tomada de contas dos recursos transferidos automaticamente pelo governo federal, por meio desse Fundo, para Estados, Distrito Federal e Municípios².

O FUNDEF, de caráter contábil, constitui, assim, como um mecanismo redistributivo de recursos públicos para a educação, tornando-se a principal fonte de recursos financeiros para o Ensino Fundamental. O financiamento do Ensino Médio, entretanto, ficou a cargo dos recursos oriundos do Tesouro Estadual e de transferências diretas do governo federal, por intermédio do Ministério da Educação (MEC), no âmbito de programas e projetos.

O Projeto Alvorada configurou-se como a primeira linha de financiamento do governo federal voltada para a expansão e a melhoria do Ensino Médio, nos estados brasileiros. Lançado pelo Governo Federal, em 2000, esse projeto selecionou estados e municípios carentes, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) menor ou igual a 0,500, com o objetivo de investir nas áreas de educação, saúde, saneamento básico e desenvolvimento econômico. Os recursos transferidos para os estados visavam atender, obrigatoriamente, às metas de expansão da oferta de vagas e às ações voltadas à melhoria da qualidade do Ensino Médio. (BRASIL, 2002. P. 63)

O Estado do Ceará foi contemplado, no período 2000-2004, com repasses financeiros para investir em ações de infraestrutura, equipamentos, mobiliário, materiais didáticos e formação de professores.

Em 2007, o governo federal ampliou os mecanismos de financiamento da educação, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), regulamentado

¹ Em consonância com a mencionada Declaração Mundial sobre Educação para Todos, ou Declaração de Jomtien, que inaugura a política patrocinada pelo Banco Mundial, de priorização do Ensino Fundamental em detrimento dos outros níveis de ensino (PINTO, 2002, p.111).

² As receitas do FUNDEB eram constituídas por um percentual de: 15% do Fundo de Participação dos Estados (FPE); 15% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); 15% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); e 15% do Imposto sobre Produtos Industrializados

pela Medida Provisória Nº 339, posteriormente convertida na Lei Nº 11.494, de 20 de junho de 2007 (BRASIL, 2007b).

Tal como ocorria no FUNDEF, os recursos do FUNDEB são distribuídos de forma automática (sem necessidade de autorização ou convênios para esse fim) e periódica, mediante crédito na conta específica de cada governo estadual e municipal, e tem por objetivo fortalecer as estruturas de financiamento da educação básica (constituída pelo Ensino Fundamental e pelo Ensino Médio) e garantir a melhoria de sua qualidade.

Outra iniciativa de financiamento de programas educacionais dos entes federados que ocorreu, também em 2007, foi o lançamento do Plano de Ações Articuladas (PAR) pelo Ministério da Educação (MEC), um modelo plurianual de planejamento e gestão para enfrentar as desigualdades e superar os desafios educacionais. Esse instrumento de planejamento, ao exigir dos entes federados o preenchimento de um amplo conjunto de informações sobre sua realidade educacional local ou regional, possibilita a cada ente elaborar um diagnóstico mais completo da situação da escolaridade básica em sua rede de ensino e desenvolver um conjunto de ações coerentes com tal diagnóstico. (BRASIL, 2007d)

Diante dessas iniciativas geradas em âmbito nacional e com vistas a ofertar um Ensino Médio de qualidade, com condições reais de oportunidades para os jovens, em 2008, o governo do Ceará, por meio da Secretária de Educação (SEDUC), instituiu a Política de Ensino Médio Integrado (EMI) à formação profissional de nível técnico, com jornada de tempo integral. Por meio do Programa Brasil Profissionalizado, o governo federal estabeleceu parcerias entre o MEC e os estados da federação para financiar a expansão da oferta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

Um dos compromissos do Estado do Ceará tem sido garantir a oferta do Ensino Médio integrado à formação profissional com a finalidade de melhoria da qualidade da educação pública. Desse modo, o governo cearense trouxe como meta, no Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica (CEARÁ, 2008a). para o triênio 2008-2010, implantar 50 unidades escolares de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

(IPI), proporcional às exportações (IPIexp).

Em 2008, por meio da Lei Estadual Nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008 (CEARÁ, 2008b) a SEDUC-CE ofertou, em 25 (vinte e cinco) unidades escolares, 4 (quatro) cursos profissionais de nível técnico: Informática, Enfermagem, Guia de Turismo e Segurança do Trabalho. A coordenação dos cursos, em 20 (vinte) municípios, foi realizada pela Célula de Formação para o Jovem Cidadão, na Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola (Decreto Estadual Nº 28.639, de 17 de abril de 2007 – CEARÁ, 2007c) e beneficiou 4.230 jovens. Em 2009, foram implantadas mais 26 escolas de educação profissional. Dessa forma, a meta do triênio foi atingida logo nos dois primeiros anos de governo.

No período de 2011 a 2014, a Secretaria da Educação do Estado do Ceará implantou 110 unidades escolares de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e ofertou 54 (cinquenta e quatro) cursos técnicos profissionais, totalizando investimentos da ordem de R\$ 81.000.000,00 (CEARÁ, 2015a) somente para o pagamento de bolsas-estágio. Esse valor seria suficiente para manter 27 unidades escolares durante um ano ou, aproximadamente, 8 escolas no ciclo completo de 3 anos, visto que o custo dessas unidades escolares é cerca de R\$ 3 milhões por ano (CEARÁ, 2015a). Tomando como média 540 alunos por escola, significaria dizer que esse valor possibilitaria ofertar mais 4.320 vagas para os jovens do Estado do Ceará.

Essas iniciativas do governo do Estado já estavam alinhadas às discussões nacionais que resultaram na promulgação do Plano Nacional da Educação, Lei Nº 13.005, aprovada em 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014a). O atual PNE traz, entre as suas vinte metas, uma específica que busca garantir a ampliação da Educação Profissional. A meta 11 estabelece a necessidade de “duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta” (BRASIL, 2014a, s.p.).

Em meio ao aumento no custeio de manutenção da Rede de Educação Profissional e a necessidade de expansão dessa modalidade, ocorre uma preocupação no que diz respeito à sustentabilidade da política. Na análise dos itens de custeio, nos chamou atenção os custos decorrentes do estágio supervisionado, um componente curricular obrigatório e que a Secretaria de Educação do Ceará paga integralmente uma bolsa-estágio aos alunos, além de todos os gastos decorrentes do processo, como o deslocamento dos alunos. O que nos faz indagar como questão norteadora do nosso estudo: Qual a percepção das empresas

concedentes de estágio sobre a política de educação profissional e a possibilidade de inserção da prática de Responsabilidade Social para colaborar com a consolidação da política de educação profissional no Estado do Ceará? Em decorrência disso, nosso estudo tem como objetivo Analisar a Política de Educação Profissional do Estado do Ceará (2007-2014) a partir da percepção das empresas concedentes de estágio aos alunos da Rede de Ensino, com vistas à perspectiva de responsabilidade social.

Complementarmente ao objetivo geral, exposto, buscamos ainda, enquanto objetivos específicos:

- Contextualizar o percurso histórico de consolidação das diretrizes de implantação da educação profissional nacional.
- Identificar como se materializa a política estadual de educação profissional.
- Analisar a estrutura de financiamento público das bolsas-estágio nas escolas estaduais de Educação Profissional cearenses.
- Propor um plano de ação com a finalidade de viabilizar alternativas à iniciativa privada para o financiamento das bolsas-estágio pagas pelo Estado.

Esse último objetivo, em especial, reforça a importância do comprometimento de todos os atores com a responsabilidade social e evidencia a necessidade de se consolidar novas formas de gestão, alicerçadas em valores éticos, e a necessária transparência relativa ao alcance de metas e à obtenção de resultados. A responsabilidade social visa a que as empresas possam contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e para um ambiente sustentável.

Este estudo é relevante para o meio acadêmico, uma vez que, surge em meio à ausência de outros similares. Para a Universidade Federal de Juiz de Fora, a relevância está na medida em que contribui para uma linha de trabalho voltada ao conhecimento mais aprofundado dos diferentes aspectos da política educacional.

Feita a contextualização do tema, apontados os objetivos da pesquisa (gerais e específicos), sua justificativa (relevância pessoal, profissional e social) e a delimitação do estudo, apresenta-se, então, a estruturação deste trabalho dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo trata-se do percurso histórico da formação profissional, nas políticas educacionais do país, sua evolução e seus avanços, com base nos

principais normativos legais. Faz também um estudo sobre a implantação e expansão da Rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará e aborda questões relativas ao custeio deste conjunto de escolas, dando ênfase para o processo do estágio supervisionado. Parte-se, inicialmente, da revisão da literatura e dos estudos desenvolvidos sobre a educação profissional.

O segundo capítulo aborda os aspectos relevantes para o desenvolvimento do referencial teórico da pesquisa. São tratadas questões da Política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e a interação entre o Estado e as empresas na perspectiva da formação profissional. Além disso, apresentamos os métodos e procedimentos adotados na pesquisa: modelo teórico de investigação, caracterização da pesquisa, descrição da população e definição e caracterização da amostra, instrumento de pesquisa e procedimentos utilizados na coleta, processamento e análise de dados.

O terceiro capítulo mostra um plano de ação com intervenções para melhorar a divulgação da política de educação profissional e alternativas para o custeio e financiamento da remuneração da bolsa, durante o estágio supervisionado, assim como, outros custos decorrentes do processo de estágio, em colaboração com a iniciativa privada.

Por fim, apresentamos as considerações sobre a complexa temática do financiamento da Educação Profissional. Dentre os diversos aspectos abordados nos capítulos anteriores, enfatizamos os resultados obtidos na pesquisa que fundamentam as possíveis intervenções sugeridas para viabilizar a continuidade e expansão da política de financiamento da política de educação profissional no Estado do Ceará.

1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E NO CEARÁ

Este capítulo tem por objetivo contextualizar a evolução histórica da Educação Profissional em âmbito nacional e local, suas concepções, práticas e avanços, bem como apresentar as diretrizes da Política de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio desenvolvidas no Estado do Ceará desde 2008.

1.1 Percurso histórico da Educação Profissional no Brasil

As bases históricas para a concepção da Educação Profissional no país sempre estiveram associadas ao mundo do trabalho. Desde o período colonial, a educação profissional tem se configurado como uma alternativa para a preparação de mão de obra qualificada para o desempenho de funções na sociedade.

Entretanto, falar de Educação Profissional é usar um termo recente para descrever uma atividade que era desenvolvida no Brasil desde os tempos da colonização. Os estudos de Garcia (2000) mostram que a forma como a Educação Profissional teve início no Brasil Colonial fez com que o povo de nossa terra passasse a ver essa “forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais” (FONSECA, 1961, p. 68).

Na visão de Fonseca (1961), entre os fatores que fixaram essa forma de ver a Educação Profissional está o fato de que os trabalhos pesados e manuais foram sempre desenvolvidos por escravos e outro aspecto foi a educação intelectual que os jesuítas ministravam aos filhos dos colonos brancos e da burguesia que os afastava de tarefas manuais e que exigissem esforços físicos tanto que, segundo o autor, um dos pré-requisitos para se candidatar ao serviço público era nunca ter desenvolvido trabalhos manuais que exigiam esforços físicos.

Com a descoberta das jazidas de ouro, em Minas, surgiram as fundições e as casas de moedas. Esses espaços exigiam uma preparação inicial e especializada para o desenvolvimento das atividades laborais. Ao ensino desses labores foi dada a denominação de ensino de ofício a aprendizes. Tais atividades eram diferentes daquelas desenvolvidas nos engenhos pelos escravos, pois eram realizadas por filhos de homens brancos e empregados da própria casa. Outro aspecto diferenciado era o fato de que os trabalhadores das casas de moedas e fundição, ao contrário dos que realizavam as atividades dos engenhos, precisavam mostrar um

conhecimento prático, por meio de exames aplicados e avaliados por uma banca examinadora, no fim de um período de cinco a seis anos (GARCIA, 2000).

Os estudos de Fonseca (1961) e Garcia (2000) destacam que, nesse período, a necessidade de mão de obra chegou a tal ponto que os operários especializados trazidos de Portugal recrutavam aprendizes durante a noite. Esse recrutamento ocorria com a ajuda da patrulha do Arsenal da Marinha do Brasil que recolhia quem estivesse vagando pelas ruas depois do toque de recolher. Até o chefe de polícia era contactado para encaminhar às fundições os presos que estivessem em condição de desenvolver algum trabalho.

No entanto, o desenvolvimento tecnológico do Brasil ficou estagnado por anos devido à proibição de instalação de manufaturas no país, instituída pelo alvará de 5 de janeiro de 1785. Com isso, os portugueses mantiveram a colônia numa condição de submissão em relação à metrópole ultramarina. Os portugueses acreditavam que o Brasil tinha em sua extensão um grande número de riquezas que, além de sustentar os colonos, conferia à colônia um grande potencial de desenvolvimento comercial que, se fosse incrementado com a instalação de manufaturas e de outras atividades para suprir as necessidades de artigos ligados à vida social (vestuário, louças, objetos de luxo e outras comodidades), a relação entre colônia e metrópole seria abalada (BRASIL, 2009).

O século XIX foi um período de inflexão na Educação Profissional no Brasil, pois foi nele que ocorreu a adoção do modelo de aprendizagem de ofícios manufatureiros, destinado ao “amparo” das crianças e jovens das camadas menos privilegiadas. Esses sujeitos eram encaminhados para casas onde recebiam instrução primária e aprendiam outros ofícios, tais como: tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros (BRASIL, 2009).

Os estudos de Garcia (2000) destacam que, em 1808, a chegada da família real portuguesa ao Brasil, deslocando a sede do reino para a Colônia, gerou uma série de eventos decorrentes, de importância fundamental para a educação profissional, tais como: a abertura dos portos ao comércio internacional, o fim à proibição da instalação de fábricas e manufaturas no país e a instalação do primeiro Colégio das Fábricas, por D. João VI. O Colégio é considerado pelo autor como a primeira ação política do Estado voltada à Educação Profissional no Brasil, pois tinha como objetivo formar artistas, artífices e aprendizes (GARCIA, 2000).

Com o império, como novo modelo político no Brasil e a Constituição de 1824, não houve mudança no cenário da aprendizagem de ofícios: continuou-se a pensar nessa modalidade para os pobres, desvalidos e humildes. Só em 1887, foi aprovada, na Câmara, a instalação de uma Comissão de Instrução para pensar a instrução dos brasileiros e os meios de organizar, pela primeira vez, o ensino público no Brasil. No modelo apresentado por essa Comissão, a instrução ficou dividida em quatro graus distintos: Pedagogias, que se destinavam ao 1º grau; Liceus, que seriam o 2º grau; Ginásios, destinados a transmitir conhecimento relativo ao terceiro grau, e as Academias, destinadas ao ensino superior. O ensino dos ofícios ficou ligado à terceira série das escolas primárias e, na continuidade, nos Liceus, os estudos de desenho necessários às artes e ofícios (GARCIA, 2000).

Sobre essa iniciativa para organizar o ensino, Fonseca (1961, p.128) destaca que:

[...] a tentativa de organização do ensino revelava uma tendência à evolução do conceito dominante sobre o ensino profissional, pois mostrava que a consciência nacional começava a se preocupar com o problema e a influir no espírito dos homens públicos [...] (FONSECA, 1961, p 128).

Com o passar do tempo e já no ano de 1834, através do ato adicional, foi instituída a descentralização do ensino, que atribuiu aos ensinos primário e secundário a responsabilidade das Províncias e ao ensino superior a responsabilidade do Governo Central.

Por meio de projeto apresentado, em 1852, pelo vereador Manuel Araújo Porto Alegre, do Município Neutro, foi exposta a ideia de fundar estabelecimentos de ensino de ofícios que superassem a visão pragmática da origem social dos alunos. Tal projeto configurou uma iniciativa para superar a mentalidade dominante da época, mas não conseguiu adquirir força e permaneceu como projeto, sem transformar-se em lei (FONSECA, 1961).

O ensino para a indústria destinou-se, prioritariamente, aos silvícolas, depois aos escravos, aos órfãos e mendigos. Voltando-se especialmente a estes dois últimos estratos, foi promulgado através do Decreto Nº 1.331-A, de 1º de fevereiro de 1854 (BRASIL, 1824), que, ao reformular a instrução primária e secundária do Município Neutro, criou asilos para as crianças abandonadas – e, posteriormente, para os deficientes, como os cegos e os surdos. Tal processo de inclusão de

peessoas com deficiência se deu através da criação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos por D. Pedro II. Os cegos aprendiam tipografia e encadernação e os surdos-mudos, sapataria, encadernação, pontuação e douração (GARCIA, 2000).

Garcia (2000) destaca que, com o fim da escravidão e a proclamação da República, nascia a intenção de mudar o panorama em relação ao ensino de ofícios. Nesse contexto, Fonseca (1961) lembra que, em 1906, foi aprovado um crédito do governo federal para que os estados construíssem escolas técnicas e profissionais. Isto porque, como aponta Romanelli (1980), a Constituição da República de 1891 instituiu um sistema federativo de governo no qual os Estados se tornaram responsáveis por controlar o ensino primário e profissional.

Em texto comemorativo aos cem anos da Educação Profissional no Brasil, o Ministério da Educação (BRASIL, 2009) destacou que:

Com o falecimento de Afonso Pena, em julho de 1909, Nilo Peçanha assume a Presidência do Brasil e assina, em 23 de setembro de 1909, o Decreto Nº 7.566, criando, inicialmente em diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito. (BRASIL, 2009, p. 2).

Os estudos de Garcia (2000) apontam que, nesse período da República, despontou, na sociedade, o desejo de que se estabelecesse no Brasil uma preparação para o trabalho através do ensino – desejo justificado pela necessidade de melhoria da formação da mão de obra, advindo do aumento significativo das indústrias no país. A autora destaca que, no governo de Nilo Peçanha, a Educação Profissional deu um grande salto, pois em todas as capitais do Brasil foram criadas escolas profissionalizantes. Entretanto, em 1910, as dezenove escolas estavam precarizadas tanto na estrutura quanto na formação dos profissionais, como destaca Fonseca (1961): “A eficiência não poderia deixar de ser senão pequena, mas a causa principal do baixo rendimento era a falta completa de professores e mestres especializados” (FONSECA, 1961, p. 168).

Dentre os tantos momentos históricos que podemos destacar na República, um tem um forte impacto na ampliação da Educação Profissional: a Primeira Guerra Mundial. Esse evento foi responsável pelo impulso de ampliação na fabricação de produtos industriais, antes comprados no exterior. Acompanhando esse movimento de ampliação da indústria no Brasil, veio a necessidade de maior quantidade de mão

de obra profissionalizada, ocorrendo assim uma aceleração no aumento das escolas profissionais (GARCIA, 2000).

Frente a essa demanda, Fonseca (1961) mostra, em seus estudos, que o Congresso Nacional, por intermédio da Lei Nº 3.454, de janeiro de 1918, fixou a Despesa Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1918, possibilitando ao governo reavaliar a problemática do Ensino Profissional no país. A referida lei foi regulamentada pelo Decreto Nº 13.064, que aprovou o novo regulamento das Escolas de Aprendizes e Artífices.

O decreto ampliou a possibilidade de pessoas que não fossem analfabetas pudessem acessar a instrução primária (na qual tinham acesso ao ensino de ofícios), implantou cursos noturnos de aperfeiçoamento e começou a exigir concurso de títulos e prova prática, buscando melhorar a qualidade dos profissionais.

Posteriormente, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 14 de novembro de 1930, as Escolas de Aprendizes e Artífices foram desligadas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e passaram a ser de responsabilidade da Inspetoria do Ensino Profissional Técnico daquele Ministério; em 1934, a Inspetoria foi transformada em Superintendência. Assim, em 13 de janeiro de 1937, através da Lei Nº 378, essas instituições de formação e de qualificação de mão de obra deixaram de chamar de Escolas de Aprendizes e Artífices e passaram a ser conhecidas como Liceus, destinando-se ao ensino profissional de todos os ramos e graus (GARCIA, 2000; BRASIL 2009).

Entretanto, a Constituição de 1937 foi a primeira a tratar das questões do ensino técnico, profissional e industrial, em seu art. 129, estabelecendo que:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público. (BRASIL, 1937).

Em Brasil (2009, p. 4), vimos que:

Em 1941 vigoraram uma série de leis conhecidas como a “Reforma Capanema” que e modelou todo o ensino no país, e tinha como principais pontos: o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio; o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão; os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades. (BRASIL, 2009, p. 4).

Com essas novas políticas voltadas à organização da Educação Profissional, presenciamos uma separação entre formação profissional e educação propedêutica. Em 25 de fevereiro de 1942, com a aprovação do Decreto Nº 4.127 (BRASIL, 1942) as Escolas de Aprendizes e Artífices sofrem outra mudança na denominação e passaram a ser conhecidas como Escolas Industriais e Técnicas. Mais à frente, em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas passaram a ser conhecidas como Escolas Técnicas Federais e a terem autonomia didática e de gestão. Intensifica-se, então, a formação de técnicos, indispensável ao processo de industrialização.

O que observamos até aqui é um processo conturbado de criação e recriação das esferas formadoras de mão de obra, na busca por um sistema educacional que contemplasse as necessidades da indústria. Assim, foi criado o Serviço Nacional dos Industriários, que mais tarde ficou conhecido como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). O sistema tornou-se responsável por:

[...] organizar e administrar escolas de aprendizagem industrial em todo país, podendo manter, além dos cursos de aprendizagem, que eram mais rápidos, segundo a Lei Orgânica do Ensino Industrial, e tinham por objetivo a preparação dos aprendizes menores dos estabelecimentos industriais, cursos de formação e continuação para trabalhadores não sujeitos à aprendizagem (ROMANELLI, 1980, p. 166).

Nesse novo cenário, instalou-se, no país, uma gama diversificada de documentos legais que vão sendo editados para regulamentar a Educação Profissional, de forma a contemplar as demandas da economia e a expansão da indústria. O exemplo mais acabado desse processo é a edição da Lei Nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB (BRASIL, 1971), que encaminhou todo o currículo do Ensino Médio para uma perspectiva técnica – profissional. Em seguida, a Lei Nº 6.545, de 1978 (BRASIL,

1978), transformou três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).

Em 1994, a Lei Nº 8.948, de 8 de dezembro (BRASIL, 1994b), institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando gradativamente as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Como instrumento mais atual, chegamos à Lei Nº 9.394, de 1996 – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996b), que dedica à Educação Profissional e Técnica um capítulo específico, em separado do capítulo dedicado à Educação Básica. Essa organização, segundo documento do BRASIL (2009), é um passo:

[...] superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social contido nas primeiras legislações de educação profissional do país, fazendo uma intervenção social crítica e qualificada para tornar-se um mecanismo para favorecer a inclusão social e democratização dos bens sociais de uma sociedade. Além disso, define o sistema de certificação profissional que permite o reconhecimento das competências adquiridas fora do sistema escolar. (BRASIL, 2009, p.5).

Em 1997, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, houve a aprovação do Decreto Nº 2.208 (BRASIL, 1997) que regulamentou a Educação Profissional e criou o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). Após esse decreto, em 1999, foi retomado o processo de transformação dos CEFETs em Centros Federais de Educação e Tecnologia, iniciado em 1978. Já em 2008, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, transformando os CEFETs em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnológica.

Assim, os Institutos Federais quebraram a visão de que a Educação Profissional era o mero desenvolvimento de habilidades para o desempenho de uma atividade profissional. Dessa forma, passou a estabelecer suas práticas no tripé da pesquisa, ensino e extensão, assumindo o compromisso de formar para a vida social, garantindo habilidades profissionais necessárias ao mercado de trabalho.

1.2 Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: novos desafios

Novos desafios desenharam-se para a Educação Profissional pós-Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004 (BRASIL, 2004), ainda no primeiro mandato do

governo Luiz Inácio Lula da Silva, o compromisso assumido pelo presidente, ainda como candidato, era de romper com o modelo implantado pelo governo anterior; no entanto, o novo decreto não contemplou a posição de grande parcela dos educadores, que, desde a discussão do Projeto de Lei Nº 1603/1996, apontavam as implicações e os retrocessos que o Decreto Nº 2.208/1997 (BRASIL, 1997) trouxe para a Educação Profissional.

As medidas implementadas pelo novo governo tiveram, na verdade, caráter conciliatório, não representando a necessária ruptura. O Decreto Nº 5.154/2004 (que substituiu o Decreto Nº 2.208/1999) resultou do consenso possível entre as forças políticas em disputa; os interesses conservadores, ainda que tenham feito algumas concessões, garantiram a essência do Decreto até então vigente, de sorte que o ganho então obtido cingiu-se a restaurar a integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional (GARCIA, 2009).

Conforme o art. 1º do Decreto Nº 5.154/2004, a Educação Profissional de nível médio será desenvolvida de forma articulada com o Ensino Médio, observando os seguintes objetivos:

I - os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação; II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico. (BRASIL, 2004,s.p.).

Ainda no Art. 4º do decreto Nº. 5.154/04, o parágrafo primeiro descreve que a articulação entre Educação Profissional Técnica de Nível Médio e o Ensino Médio deverá se dar da seguinte forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados; III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio. (BRASIL, 2004,s.p.).

Frente a isso, procura-se analisar o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nos termos do citado inciso I, primeiro parágrafo do art. 4º, a forma de integração implantada no Estado do Ceará, enfocando, sobretudo, o desafio que concerne ao custeio e ao financiamento do componente curricular de estágio obrigatório.

Diante do quadro regulamentado pelo Decreto Nº. 5.154/04, os desafios para a implementação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional estão postos para todas as unidades federativas, cabendo a elas mobilizar suas condições de infraestrutura, organização pedagógica, de modo a contemplar as novas concepções atribuídas a essa etapa de ensino. Segundo Garcia (2009), as concepções do Ensino Médio, pautadas nos documentos que orientam a educação brasileira, definem como sua finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos na etapa anterior (o Ensino Fundamental), com visando possibilitar a continuidade dos estudos, a preparação para o trabalho, a formação cidadã do educando, seu efetivo crescimento como pessoa humana e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos – o que recuperou a possibilidade da profissionalização nesta etapa e modalidade de ensino.

Ainda sobre as novas concepções e finalidades atribuídas à integração do Ensino Médio à Educação Profissional, Garcia (2009, p. 70) afirma que:

A integração é tomada como forma para que os conhecimentos científicos e tecnológicos sejam consolidados em nível médio, construindo uma identidade desta etapa da educação básica, no qual a profissionalização é uma possibilidade, uma alternativa de Ensino Médio que busca romper com o modelo de uma escola para os trabalhadores, centrada nas práticas laborais e, uma escola centrada nas atividades teóricas para a formação de dirigentes. (GARCIA, 2009, p. 70).

Logo, começaram a empreender ações, na direção de materializar as novas finalidades do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. No bojo do Programa Brasil Profissionalizado, lançado pelo MEC, em 2007, os governos estaduais puderam realizar diagnósticos da situação da educação básica nas redes de ensino, consolidando, assim, um retrato do Ensino Médio, com a descrição das ações pedagógicas em curso e os dados orçamentários. Com base nesse diagnóstico, os governos estabeleceram seus planos de ações contendo metas para

a melhoria da aprendizagem e para a ampliação de matrículas, com base nos indicadores sociais da região, tais como taxa de analfabetismo, taxa de escolaridade, dados sobre o desemprego, índices de violência e criminalidade de jovens entre 18 e 29 anos.

Conforme destaca Brasil (2015):

O Programa Brasil Profissionalizado visa fortalecer as redes estaduais de Educação Profissional e tecnológica. A iniciativa repassa recursos do governo federal para que os estados invistam em suas escolas técnicas. Criado em 2007, o programa possibilita a modernização e a expansão das redes públicas de Ensino Médio integradas à Educação Profissional, uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O objetivo é integrar o conhecimento do Ensino Médio à prática. (BRASIL, 2015, s.p.).

Os dados do MEC apontam também que houve amplo apoio financeiro para estados e municípios no processo de implementação da integração do Ensino Médio à Educação Profissional:

Mais de R\$1,5 bilhão já foi conveniado pelo Ministério da Educação para estimular a implementação de ensino médio integrado à educação profissional nos estados. O dinheiro deve ser empregado em obras de infraestrutura, desenvolvimento de gestão, práticas pedagógicas e formação de professores. Até 2014, o programa convênará recursos da ordem de R\$1,8 bi aos estados e municípios que ofertam educação profissional no país (BRASIL, 2015,s.p.).

Em 2011, o Ministério da Educação (MEC) empreendeu nova ação voltada à Educação Profissional e lançou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), por meio da Lei Nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 (BRASIL, 2011) com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica, por meio da promoção, expansão e da interiorização da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (art. 1º da referida Lei).

Com a promulgação da Lei Nº 12.513/2011, o Programa Brasil Profissionalizado passou a integrar o conjunto de iniciativas do PRONATEC, com foco na “ampliação da oferta e no fortalecimento da educação profissional e tecnológica integrada ao Ensino Médio nas redes estaduais” (BRASIL, 2011,s.p.). As outras iniciativas são: expansão da Rede Federal; implementação da Rede e-Tec Brasil (educação a distância); implantação do Fundo de Financiamento Estudantil para o Ensino Superior Tecnológico (FIES Técnico e Empresa); e a ampliação de

matrículas em diferentes modalidades de Educação Profissional, por meio da Bolsa-formação.

A Bolsa-formação é a iniciativa por meio da qual são oferecidos gratuitamente cursos técnicos para quem já concluiu ou está cursando o Ensino Médio estes são cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional.

Assim, o PRONATEC passa a ser a linha de financiamento do governo federal para que os estados possam investir na ampliação da oferta da educação profissional e tecnológica, com recursos financeiros que poderão ser aplicados em construção, reformas e ampliação das escolas que ofertam Educação Profissional e Tecnológica em suas redes. (BRASIL, 2011).

Para Ciavatta e Ramos (2011, p. 35):

[...] os segmentos da sociedade que veem positivamente o ensino médio integrado à educação profissional tendem a coincidir com aqueles que dependem da oferta pública da educação básica. Diante da baixa qualidade da oferta, a educação profissional não deixa de ser uma alternativa de funcionalidade do ensino, no sentido de proporcionar uma suposta facilidade de ingresso no mercado de trabalho. A oferta concomitante e subsequente da educação profissional não deixa de seguir a mesma lógica. (CIAVATTA e RAMOS, 2011, p. 35).

Considerando as análises da autora e mesmo suas críticas ao modelo de Educação Profissional em andamento, concluímos que os resultados têm sido satisfatórios para as classes trabalhadoras, que veem nesse modelo uma alternativa de qualificação científica e profissional com uma perspectiva de qualidade social. Os desafios são muitos, contudo, medidas têm sido empreendidas com vistas à superação destes.

Nos próximos tópicos, trazemos a discussão de como essas demandas da Educação Profissional foram constituídas no Estado do Ceará, bem como outras problemáticas e soluções de desdobrando no contexto mais específico, que é *lócus* desta pesquisa.

O Quadro 1, a seguir, é uma iniciativa para o efetivo entendimento das concepções e práticas pelas quais a Educação Profissional tem se constituído ao longo da história da educação brasileira, uma vez que, é pertinente compreender a perspectiva histórica, para que possamos analisar como se insere a política educacional investigada no âmbito das relações sociais, das condições de exploração do trabalho humano e suas relações com o campo educacional.

Quadro 1- Evolução Histórica da Educação Profissional no Brasil

Data	Leis/Normativos	Assunto
1800	Alvará	Adoção do modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros que se destinava ao “amparo” da camada menos privilegiada da sociedade brasileira.
1808	Família Real Estabelecimento do Poder Público	Objetivo de atender à educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal.
1809	Decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI	Criação do Colégio das Fábricas.
1906	Decreto nº 787	Criação de quatro escolas profissionais naquela unidade federativa: Campos, Petrópolis, Niterói, e Paraíba do Sul. As três primeiras foram criadas para o ensino de ofícios e a última para aprendizagem agrícola.
1909	Decreto Nº 7.566	Criação de dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices” destinadas ao Ensino Profissional, primário e gratuito.
1927	Projeto de Fidélis Reis	Oferecimento obrigatório do Ensino Profissional no país.
1930	Decreto de Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública	Estruturação da Inspeção do Ensino Profissional Técnico, que passava a supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices.
1931	Decreto Federal Nº 20.158	Organizou o ensino Profissional comercial.
1934	Decreto	Criação da Superintendência do Ensino Profissional.
1937	Lei 378	Transformação das Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao Ensino Profissional, de todos os ramos e graus.
1941	Série de leis conhecidas como a “Reforma Capanema”	O ensino Profissional passou a ser considerado de Nível Médio.
1942	Decreto Nº 4.127	Transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas.
1959	Decreto	Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais.
1971	Lei Nº. 5.692	Lei que torna, de maneira compulsória, técnico-profissional, todo currículo do segundo grau.
1978	Lei Nº 6.545	Criação dos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, nos estados do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro.
1994	Lei Nº 8.948	Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs.
1996	Lei 9.394	Dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo separado da Educação Básica e define o sistema de certificação profissional.
1997	Decreto 2.208	Cria o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP.
2004	Decreto 5.154	Integração do Ensino Técnico de Nível Médio ao Ensino Médio.
2005	Lei 11.195	Primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.
2006	Decreto 5.773	Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Data	Leis/Normativos	Assunto
2006	Decreto 5.840	Instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos – PROEJA com o Ensino Fundamental, Médio e Educação Indígena.
2007	Decreto 6.302	Institui o Programa Brasil Profissionalizado.
2011	Lei 12.513	Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Quadro 1 supracitado traz marcos importantes no desenvolvimento e evolução das políticas educacionais voltadas à Educação Profissional. O que podemos notar são as inúmeras modificações no decorrer da história, mas damos um destaque às últimas décadas, as quais podemos perceber uma solidificação das políticas que orientam essa modalidade, constituindo a Educação Profissional como uma política de oportunidades e não mais apenas para a formação tecnicista de qualificação de mão de obra.

1.3 Percurso histórico da Educação Profissional no estado do Ceará

O Estado do Ceará insere-se no contexto da pauta nacional da Educação Profissional e Tecnológica, em 2007, quando o Ministério da Educação (MEC) lançou o programa Brasil Profissionalizado, com o objetivo de fortalecer a Rede Pública de Educação Profissional e Tecnológica dos estados e do Distrito Federal, visando à ampliação e qualificação da oferta de vagas e cursos.

Essa ação possibilitou a modernização, a expansão (bem como a implantação, no caso de unidades da federação em que não existiam) de escolas técnicas públicas e também o desenvolvimento de iniciativas voltadas à implementação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional – uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), cujo objetivo é integrar o conhecimento do Ensino Médio à prática profissional. Obras de infraestrutura, projetos e ações para desenvolver a gestão e para aperfeiçoar as práticas pedagógicas e a formação dos professores foram financiadas com recursos de cerca de R\$ 1,8 bilhão, transferidos aos estados por convênio.

O então governador do Estado do Ceará, Cid Ferreira Gomes (2007-2014), com a finalidade de ofertar outras possibilidades para a formação dos alunos matriculados no Ensino Médio, assumiu o desafio de implementar a oferta de Ensino

Médio Integrado à formação profissional de nível técnico, comprometendo-se a implementar, até o ano de 2010 (final de seu primeiro mandato), 50 unidades escolares especificamente para esse fim. Essa meta, ao lado de outras, veio a compor o Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica para o triênio 2008-2010. O então governador cumpriu sua meta logo no segundo ano, 2009.

No *site* do governo do Estado, podemos identificar as 110 (cento e dez) Escolas Estaduais de Educação Profissional implantadas no Ceará, até o final de 2014, e localizadas em 88 (oitenta e oito) municípios.

Com base em estudo realizado por Freitas (2015) sobre as despesas do Tesouro Estadual aplicadas nas Escolas Estaduais Profissionais de Tempo Integral, implantadas no Ceará, foi possível chegar a um custo-aluno de R\$ 6.192,58/ano, em 2014, verificando-se que o Governo Estadual realiza investimentos superiores aos do Governo Federal nesse nível e modalidade de ensino. O valor aluno/ano repassado pela União, no mesmo ano, por intermédio do FUNDEB, foi de R\$ 2.248,13 e, portanto, o Governo Estadual contribui com R\$ 3.944,45 a mais por aluno do Ensino Médio Integrado (EMI), ou seja, o investimento do Ceará representa 64% do custo-aluno anual.

Entre os componentes curriculares dos cursos ofertados, destaca-se o objeto de estudo deste trabalho: o estágio obrigatório, com a concessão de bolsa de meio salário mínimo aos estudantes do 3º ano. No Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, o estágio obrigatório é uma atividade curricular supervisionada, realizada a partir do último semestre do curso, ao amparado pela Lei Federal Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008), e pelo Decreto Estadual Nº 30.933, de 29 de junho de 2012 (CEARÁ, 2012), que instituem e regulamentam o Programa de Estágio.

1.3.1 Dados gerais do estado do Ceará

Esta seção é dedicada à caracterização do Estado do Ceará como universo deste estudo, com ênfase na educação e, sobretudo, na política de integração do Ensino Médio à Educação Profissional implementada pela SEDUC-CE.

O Estado do Ceará, localizado na Região Nordeste do Brasil, tem uma população de cerca de 8,5 milhões de habitantes (equivalente a 4,4% da população brasileira) e ocupa a 8ª posição no *ranking* populacional do Brasil e é a 3ª do

Nordeste, com, 75% dos habitantes residentes em áreas urbanas. Mais de 99% da população que vive nas áreas urbanas e mais de 96% da população da zona rural tem acesso a energia elétrica em seu domicílio. Nas cidades, 92% da população tem acesso à água tratada. A área total do Estado é de 148.825,6 km², o que equivale a 9,57% da superfície pertencente à região Nordeste e 1,74% da área total do país.

O Ceará tem a quarta extensão territorial da região Nordeste e é o 17º entre os estados brasileiros em termos de superfície territorial. Estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Estatística do Estado do Ceará (IPECE) mostram que, nos últimos anos, a economia cearense vem apresentando resultados superiores à economia do país: no ano de 2012, apresentou um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 94,6 bilhões. Comparado ao ano anterior, o PIB do Ceará apresentou um crescimento anual de 3,65%, enquanto o PIB do Brasil cresceu 0,9% ao ano. O crescimento do PIB cearense, verificado no ano de 2012, foi impulsionado pelo aumento do Valor Adicionado dos Serviços (5,81%) e da Indústria (2,63%).

No que tange à divisão político-administrativa, o Estado é composto, atualmente, por 184 municípios, 76 dos quais possuem escolas profissionalizantes e 15 ofertam o curso técnico de edificações (CEARÁ, 2013). A regionalização adotada pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) é composta por 8 Macrorregiões de Planejamento, 2 Regiões Metropolitanas e 18 Microrregiões Administrativas. Já a regionalização adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) compreende 7 Mesorregiões e 33 Microrregiões geográficas, conformadas relativamente aos aspectos físicos, geográficos e de estrutura produtiva. Há outras regionalizações adotadas pelas diversas secretarias do governo do Estado, estabelecidas de acordo com critérios específicos, como ocorre, por exemplo, nas áreas da Saúde, Educação e Cultura (CEARÁ, 2015).

A Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE) está organizada em 20 Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDEs), que são responsáveis por acompanhar tanto as escolas estaduais, distribuídas nos 184 municípios, quanto as secretarias municipais de educação; e 3 Superintendências das Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR).

Conforme dados do INEP, os resultados educacionais do estado verificados por meio das avaliações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) têm superado as metas estabelecidas, como se observa nas Tabelas 1, 2 e 3, a seguir.

Tabela 1 - Resultados e metas do IDEB do Estado do Ceará 4ª série/5º ano

INFORMAÇÕES/ANOS	2007	2009	2011	2013
IDEB OBSERVADO	3,5	4,1	4,7	5,0
METAS PROJETADAS	2,9	3,2	3,6	3,9

Fonte: INEP, 2015.

Tabela 2 - Resultados e metas do IDEB do Estado do Ceará 8ª série/9º ano

INFORMAÇÕES/ANOS	2007	2009	2011	2013
IDEB OBSERVADO	3,3	3,6	3,9	4,1
METAS PROJETADAS	2,8	3,0	3,3	3,6

Fonte: INEP, 2015.

Tabela 3 - Resultados e metas do IDEB do Estado do Ceará 3ª série EM

INFORMAÇÕES/ANOS	2007	2009	2011	2013
IDEB OBSERVADO	3,1	3,4	3,4	3,3
METAS PROJETADAS	3,0	3,1	3,2	3,2

Fonte: INEP, 2015.

As tabelas indicam que os resultados educacionais do Estado do Ceará são bons, mesmo considerando que o Ensino Médio requer mais atenção em função de apresentar os índices mais baixos. Em virtude disso, a implantação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e oferecido em tempo integral visa acelerar os progressos de aprendizagem nessa etapa e modalidade de ensino, configurando-se, entretanto, como um desafio a mais diante da missão da SEDUC-CE, de garantir educação básica com equidade e com foco no sucesso dos alunos em todos os níveis e modalidades de ensino sob sua responsabilidade.

1.3.2 A Secretaria da Educação do Estado do Ceará

A Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC) foi criada no século XX e, em 97 anos de existência, vem desenvolvendo um modelo de gestão participativa, procurando melhorar a eficiência no uso dos recursos públicos (financeiros, materiais e humanos), através da implantação de novos sistemas e da participação da comunidade.

A SEDUC, criada pelo Decreto-Lei Nº 1.440, de 12 de dezembro de 1945 (CEARÁ, 1945), teve sua competência redefinida pela Lei Estadual Nº 13.875, de 7 de fevereiro de 2007 (CEARÁ, 2007d). A referida lei teve como finalidade dispor sobre o modelo de gestão do Poder Executivo e sobre a nova estrutura organizacional da Administração Pública Estadual para o ciclo da gestão governamental 2007-2010, em vigor até os dias atuais (FREITAS, 2014).

De acordo com o Decreto Nº 29.139, de 28 de dezembro de 2007 (CEARÁ, 2007b), que dispõe sobre a Estrutura Organizacional da SEDUC, que foi alterada pelo Decreto Nº 29.705, publicado em Diário Oficial do Estado, em 8 de abril de 2009 (BRASIL, 2009), tem como missão garantir educação básica com equidade e foco no sucesso do aluno.

No pensamento estratégico da SEDUC³, a visão da secretaria é de ser

uma organização eficaz que valoriza o desenvolvimento de pessoas, tendo como prioridade garantir, até 2014, o atendimento educacional de todas as crianças e jovens de 04 a 18 anos, a melhoria dos resultados de aprendizagem em todos os níveis de ensino e a efetiva articulação do ensino médio à educação profissional e ao mundo do trabalho (CEARÁ, 2015, s.p.).

Para isso, a SEDUC-CE, em seu *site*, destaca sete objetivos, são eles: fortalecer o regime de colaboração, com foco na alfabetização na idade certa e na melhoria da aprendizagem dos alunos até o 5º ano; garantir o acesso e a melhoria dos indicadores de permanência, fluxo e desempenho dos alunos no Ensino Médio; diversificar a oferta do Ensino Médio articulando-o com a Educação Profissional, com o mundo do trabalho e com o ensino superior; promover o protagonismo e empreendedorismo estudantil como premissa da ação educativa; valorizar os profissionais da educação, assegurando a melhoria das condições de trabalho e oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional; consolidar modelos de gestão focados na autonomia escolar e nos resultados de aprendizagem e fortalecer a escola como espaço de inclusão, de respeito à diversidade e de promoção da cultura da paz.

³ Disponível em: <<http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/institucional/identidadeorganizacional/pensamentoestrategico>> Acesso em: 21 nov. 2015.

Nossa pesquisa se insere no terceiro objetivo, que é “diversificar a oferta do Ensino Médio articulando-o com a Educação Profissional, com o mundo do trabalho e com o ensino superior” (CEARÁ, 2015, s.p.)

Outro documento que apresenta convergência entre a melhoria dos indicadores educacionais da educação básica e a articulação do Ensino Médio à Educação Profissional é o Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica (2008) ao considerar que:

A despeito dos esforços empreendidos nos últimos anos, que resultaram na expansão do acesso e do nível de escolaridade da população cearense, ainda persistem grandes desafios a ser enfrentados para a melhoria dos indicadores educacionais do Ceará, onde a taxa de analfabetismo ainda é muito elevada, girando em torno de 24,8%, segundo dados do IBGE, representando um contingente de cerca de 1.258.108 cearenses com mais de 15 anos (CEARÁ, 2008a, p. 11).

Percebemos que o Plano, embora tematize a Educação Profissional e Tecnológica, confere nítida importância aos investimentos necessários às séries iniciais da Educação Básica: as escolas que contemplam os primeiros anos da escolarização necessitam de muitos e diversificados investimentos para o alcance da educação em tempo Integral.

A SEDUC tem uma rede de 656 escolas, sendo 110 delas escolas profissionais, e cerca de 480.000 mil alunos concentrados, na sua quase totalidade, no Ensino Médio (80%). Deste total de alunos, mais de 42.000 estão matriculados no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. A Rede Estadual de Ensino conta ainda com, aproximadamente, 13.000 professores, sendo que 2.100 atuam na Rede de Escolas Profissionais, além de 1.500 professores da base técnica do currículo, contratados como prestadores de serviços pelo Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC), no bojo do contrato de gestão firmado entre a SEDUC-CE e o CENTEC. Estes são números expressivos que, indiscutivelmente, mostram a relevância desta política para o estado do Ceará.

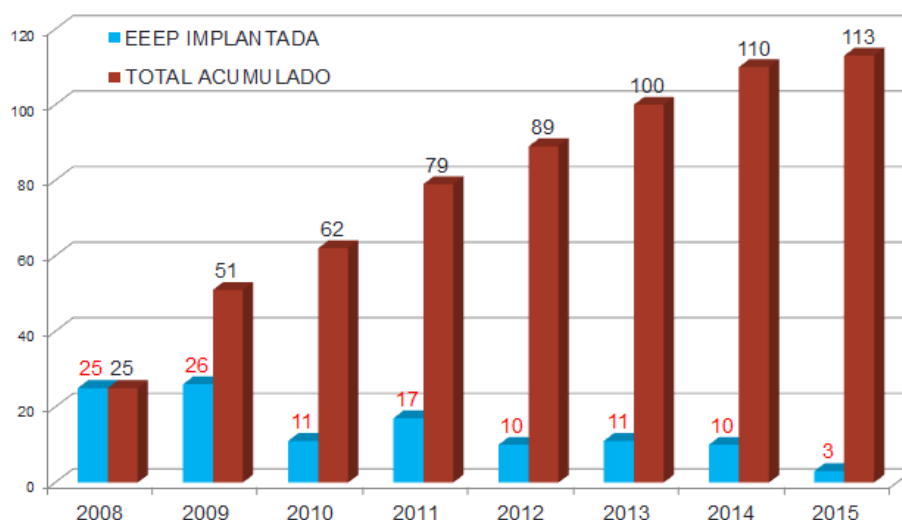
1.3.3 A evolução da Educação Profissional no estado do Ceará (2008-2014)

Na busca de garantir políticas que assegurem o direito à educação de qualidade, equanimemente oferecida por sua Rede, em todos os níveis e modalidades sob sua responsabilidade, além de uma aprendizagem cidadã,

articulada com o mundo social e do trabalho, o Governo do Estado do Ceará, por intermédio de sua Secretaria de Educação, implementou a Rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) a partir de 2008, fundamentada na Lei Nº 14.273, de 19 de dezembro daquele ano (CEARÁ, 2008b). De acordo com essa lei, as EEEPs devem ofertar Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, em tempo integral, com corpo docente especializado, visando garantir a articulação entre a educação e o mundo do trabalho.

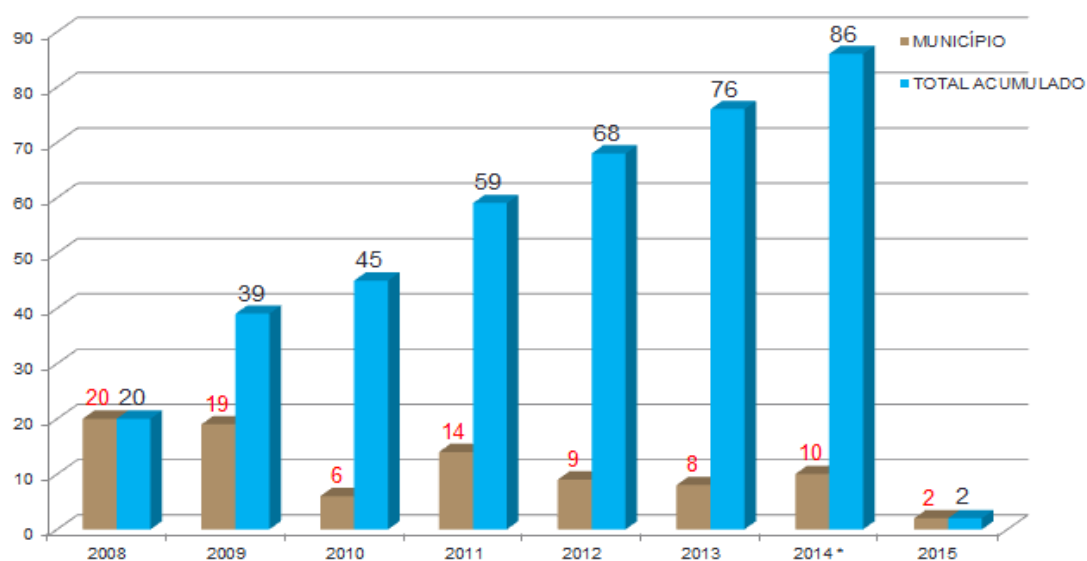
No decorrer dos anos, o número de escolas que contemplam a Educação Profissional foi aumentando consideravelmente. Como mostra o Gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 - Série histórica EEEP



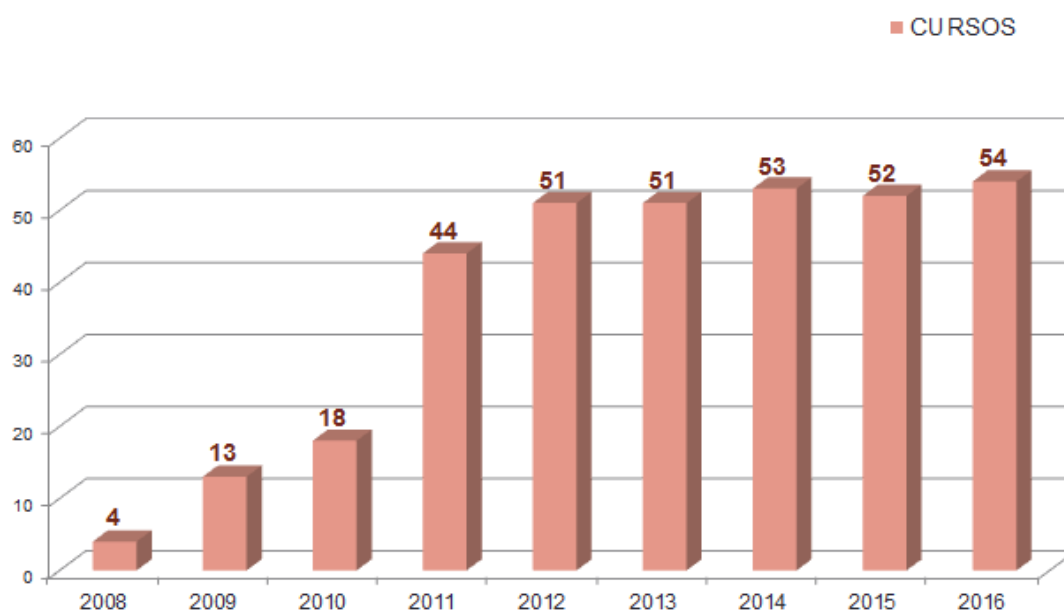
Fonte: CEARÁ, 2015b.

No período de 2008 a 2014, o efetivo de escolas quadruplicou, pode-se perceber, ainda, que o número de municípios que foram atendidos por essa política também acompanhou esse crescimento, como ilustra o Gráfico 2 a seguir:

Gráfico 2 – EEEP, por Município

Fonte: CEARÁ, 2015b.

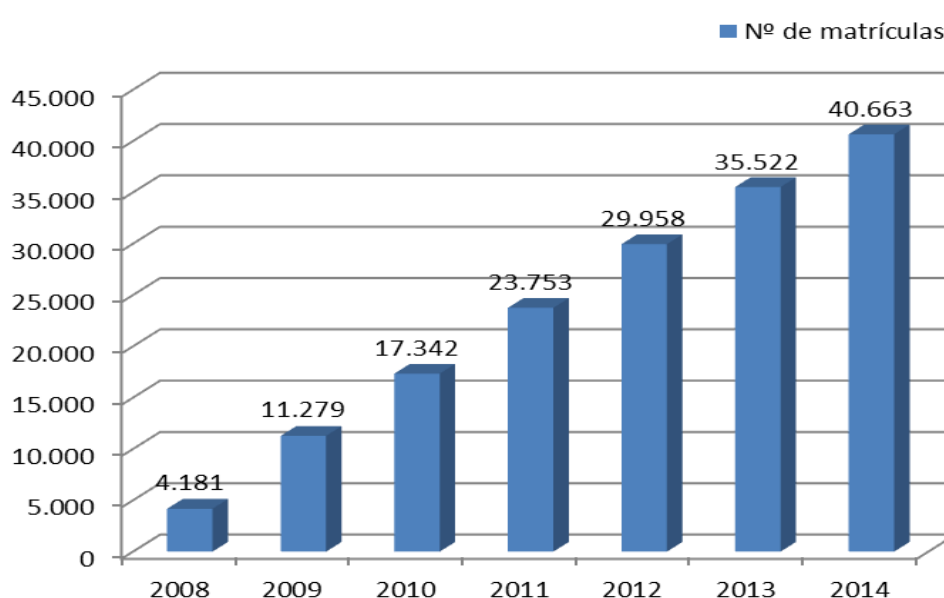
Esse crescimento, que ocorreu até o ano de 2014, recorte de nossa pesquisa, trouxe junto uma ampliação nas possibilidades de cursos ofertados pelas EEEPs. Inicialmente, foram ofertados quatro cursos: Técnico em Informática, Técnico em Guia de Turismo, Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Enfermagem, que abarcaram as matrículas de 4.181 estudantes. Em 2009, foram ofertados outros oito cursos técnicos, conforme observado no Gráfico 3, a seguir.

Gráfico 3 - EEEP cursos, por ano

Fonte: CEARÁ, 2015b.

Essa ampliação exigiu a capacidade financeira e técnico-operacional da SEDUC-CE na implementação da política de Ensino Médio Articulado à Formação Profissional, no período de cinco anos, que é foco deste trabalho, pode ser vislumbrado por estes números básicos: entre 2008 e 2014, constitui-se uma Rede de 110 escolas profissionais, em 88 municípios cearenses, nas quais se ofertam 53 cursos técnicos (um patamar de oferta educacional técnica de 36.209 matrículas, conforme Gráfico 4, a seguir).

Gráfico 4 - Expansão das matrículas das EEEPs 2008 – 2014



Fonte: CEARÁ, 2015b.

O Plano integrado de Educação Profissional e Tecnológica descreveu o cenário educacional do Estado e contemplou tanto o marco conceitual quanto as estratégias de implementação sustentável da política. No âmbito conceitual, afirmaram-se os pressupostos e as diretrizes da política integrada de educação profissional técnica e tecnológica. No campo operacional, definiram-se ações, metas, instrumentos de gestão e de avaliação do Plano, durante e depois de sua implementação. Além disso, o documento apresentou uma matriz de oferta de cursos técnicos e tecnológicos pelas instituições de educação profissional e tecnológica existentes no Estado, distribuídas por macrorregião (CEARÁ, 2008a).

As diretrizes desse plano fundamentam-se numa ótica de integração entre trabalho, ciência e tecnologia, o que levou a SEDUC-CE a envolver em sua

implementação, tanto as 33 instituições públicas e privadas, que ofertam ensino técnico e tecnológico no Ceará, além das universidades, instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, contando tanto com suas capacidades e conhecimentos da área quanto com a responsabilidade social de cada uma das instituições mencionadas.

Dessa forma, o planejamento da educação profissional e tecnológica do Estado do Ceará, que contempla as premissas do Decreto Nº 5.154/04, preconiza a oferta de educação profissional por meio de sua articulação em eixos das áreas profissionais em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica existente na localidade ou região, e também da articulação de esforços entre as áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e da tecnologia, integrando as dimensões da demanda e da oferta.

Uma característica que precisa ser ressaltada é que os cursos que cada uma das escolas oferece são escolhidos, prioritariamente, a partir dos arranjos produtivos locais. E as estratégias iniciais de implantação das escolas foram localizá-las nos municípios de mais potencialidade econômica, com vistas às possibilidades de estágio a serem oferecidas no último semestre do terceiro ano do Ensino Médio. Para implementação das primeiras escolas, foi determinante observar a Rede de Ensino e os espaços físicos que cada uma delas oferecia.

Nos anos subsequentes, essa expansão alcançou um nível de interiorização mais intenso, contemplando municípios de médio e pequeno porte. Em alguns casos, o estágio supervisionado é realizado em município distinto da localização da escola, acarretando custos adicionais ao processo de estágio.

1.4 O estágio escolar supervisionado como componente curricular obrigatório

Antes de apresentarmos a configuração da política estadual de estágio curricular financiado, atualmente, apenas pelo Governo do Estado, é importante ressaltar a distinção entre estágio curricular obrigatório e estágio curricular não obrigatório, estabelecida pela Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008). Para esta última modalidade de estágio, é obrigatória a concessão de bolsa-estágio, enquanto o estágio obrigatório é considerado atividade propriamente curricular do curso técnico, sendo facultativa a concessão de bolsa-estágio.

Conforme a referida lei, chamada de Lei de Estágios, porque dispõe sobre o estágio de estudantes e altera as leis anteriores sobre a mesma temática, o estágio escolar supervisionado é um ato educativo:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008, s.p.).

Ainda em seu art. 1º, a Lei destaca as características e critérios inerentes ao estágio escolar supervisionado obrigatório e o não obrigatório:

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando. § 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso. § 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. § 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. § 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso (BRASIL, 2008,s.p).

Diante de tais observações, concluímos que o estágio escolar supervisionado, exigido nas EEEPs do Ceará, configura-se sempre como obrigatório, visto que é componente indissociável do projeto pedagógico de cada curso ofertado. Na Rede Estadual de Educação Profissional, o estágio curricular obrigatório está integrado aos componentes curriculares dos cursos, e tanto o cumprimento da carga horária como o desenvolvimento das competências técnicas e práticas durante o estágio são requisitos para aprovação e obtenção do diploma.

O estágio obrigatório como componente curricular de cada curso técnico profissional integrado ao Ensino Médio ofertado no atual modelo de educação profissional do Ceará cumpre o que determina a LDB (Lei Nº 9.394/1996), em seu art. 1º § 2º: “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (BRASIL, 1996b, s.p.).

Sobretudo, a obrigatoriedade do estágio oportuniza ao educando uma ampliação e um aprofundamento de seu processo formativo em contato direto com o mundo do trabalho e possibilita, com o necessário acompanhamento pedagógico, a construção da sua autonomia.

Outro esclarecimento que se faz pertinente é quanto à flexibilidade permitida pela Lei de Estágios no que diz respeito à substituição de estágio pela elaboração de trabalho de conclusão de curso, combinado a práticas integradoras das disciplinas técnicas – alternativa esta que, por sua vez, assume diferentes formatos, de acordo com cada instituição de ensino.

O estágio curricular é realizado em diferentes instituições, tanto privadas quanto públicas, oportunizando ao estudante a convivência e a vivência da realidade que constituirá o cenário de sua atuação no futuro como profissional. Os alunos em campo de estágio são assistidos por um professor orientador e supervisionados por um responsável designado diretamente pela instituição concedente. A avaliação do estagiário envolve a apuração de frequência e a análise das competências técnicas, observadas/coletadas nas situações do campo de estágio. Será aprovado, o aluno que cumprir 100% da carga horária e obtiver média satisfatória em todos os itens avaliados pelos instrumentos de avaliação do aluno – instrumentos estes contemplados no Manual de Avaliação dos Cursos Técnicos, desenvolvido especificamente para as ETECs. Ficará reprovado, o aluno que não cumprir integralmente o estágio previsto, considerando a apuração de frequência e o aproveitamento das competências técnicas exigidas.

A carga horária total do estágio varia entre 600 horas, para os cursos do eixo saúde, e 400 horas para os cursos dos demais eixos. O estágio é antecedido de momentos de vivências práticas, desenvolvidas como atividades complementares relacionadas à prática profissional.

De acordo com a SEDUC-CE (CEARÁ, 2015a), o monitoramento do estágio de cada escola e de cada curso é realizado por meio de um Sistema Informatizado de Captação de Estágios (SICE). O sistema é dividido em três eixos: jurídico, financeiro e pedagógico. O eixo jurídico é composto pelos documentos: Termo de Compromisso de Estágio (TCE) e Termo de Realização de Estágio (TER); o eixo financeiro abrange o cadastro das contas bancárias dos estudantes, os registros de frequência e as apólices de seguros; o eixo pedagógico é construído pelo itinerário formativo, pela pesquisa de satisfação das empresas concedentes e pelo

acompanhamento da inserção do estudante no mundo do trabalho. Serve, ainda, como banco de dados de todas as instituições concedentes de estágio.

Como parte das estratégias de operacionalização do estágio à totalidade dos estudantes do 3º ano dos cursos técnicos das ETECs, cada escola ofertante, durante o primeiro semestre do curso, faz junto ao mercado de trabalho local um mapeamento das possibilidades de oferta de estágio, incluindo, em algumas situações, prospecções em cidades vizinhas.

De posse desse diagnóstico, para captação de estágio junto a possíveis instituições concedentes, é realizado um seminário com o conjunto de instituições constantes do levantamento, momento em que é feita a apresentação da Política de Educação Profissional no Estado do Ceará. Cabe às escolas reunir tanto as possíveis empresas concedentes quanto a comunidade escolar, para apresentar a todos o programa de estágio e explicar o processo de captação, o ingresso do estudante ao campo de estágio e sua inserção no mundo do trabalho. No seminário, ressalta-se, entre outros temas, a relevância do estágio como vivência prática do aluno fora do ambiente escolar, em instituições, empresas ou órgãos diversos; apresenta-se, ainda, a formalização jurídica e concessão da bolsa-estágio.

A concessão da bolsa-estágio, embora não seja obrigatória para os alunos da educação profissional foi, desde o primeiro momento, uma estratégia do governo do Estado para assegurar condições de permanência e de melhor aproveitamento educacional para os estudantes do ensino técnico. Esse investimento tem crescido proporcionalmente ao número de escolas implantadas, e, conseqüentemente, ao número de alunos matriculados no decorrer dos anos, além dos demais itens que compõem a matriz de custos.

Diante desse quadro, há sem dúvida preocupação com os investimentos que se fazem necessários à manutenção e à ampliação da Rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional por parte do Tesouro Estadual. Por isso, propusemo-nos, neste trabalho, analisar as despesas e estudar novas estratégias para a concessão da bolsa-estágio a fim de equilibrar e tornar sustentável, em médio e longo prazo, o impacto financeiro dessa importante política, com respaldo nos princípios da responsabilidade social compartilhada entre as empresas que concedem o estágio e o Estado.

Mas há duas outras motivações igualmente importantes: a de assegurar recursos igualmente potentes para que as séries iniciais da educação básica

possam implantar atendimento educacional em tempo integral; e ainda, avançar no compromisso da cidadania com o projeto de desenvolvimento local, regional e nacional que passa, necessariamente, pelo comprometimento dos cidadãos, das instituições, órgãos e empresas que atuam no Estado com uma educação de qualidade para todos.

1.5 Financiamento e custeio das escolas estaduais de educação profissionais: a bolsa-estágio

Os dados dos relatórios de custeio da SEDUC, de 2014, atestam que o volume de investimento do Estado já acumula, no total de financiamento da política de educação profissional, R\$ 888.723.833,05 (2009-2014) nas ações de construção, ampliação e reforma de prédios escolares, aquisição de equipamentos, mobiliário, material didático, apoio à gestão educacional e à formação de professores e gestores. O custeio de cada unidade educacional, com a oferta de 540 matrículas, é da ordem de R\$ 3.343.994,68 por ano. Com a bolsa-estágio, objeto deste estudo, foram investidos, somente em 2014, R\$ 25.859.257,87 (CEARÁ, 2015b).

Diante dos gastos com investimentos na construção e expansão da Rede (para atingir a meta de 140 escolas até o final de 2015) e com o custeio de manutenção anual, é indispensável realizar o monitoramento constante dos custos na rede de EEEPs.

Em 2014, a rede física apresentava 47 imóveis novos e 63 prédios reformados. Nos próximos anos, os custos com manutenção predial tendem a crescer, haja vista o desgaste natural decorrente do tempo de uso do imóvel. Fato semelhante acontece com os laboratórios técnicos. Outro dado relevante é a alternância da oferta de cursos, que é determinada pela necessidade de se evitar uma saturação do mercado local com uma oferta de técnicos que seja muito superior à demanda, implicando em mais investimentos, notadamente em novos laboratórios.

A Tabela 4, a seguir, possibilita uma análise dos custos com as EEEPs, no período de 2010 a 2014.

Tabela 4 - Custeio das Escolas Estaduais de Educação Profissional

2010	2011	2012	2013	2014
R\$ 24.781.567,07	R\$ 49.897.073,03	R\$ 75.783.968,01	R\$ 86.653.096,35	R\$ 121.482.302,33

Fonte: CEARÁ, 2015a.

Conforme se observa na Tabela 4, a materialização da política de educação profissional em andamento no Estado Ceará (construção, reforma, ampliação e adaptação de unidades escolares, construção e implantação de laboratórios técnicos, aquisição de equipamentos e mobiliário, bem como de acervo bibliográfico) tem demandado um investimento crescente e significativo para os cofres públicos estaduais, ao passo que, é também essencial para a formação profissional qualificada das futuras gerações de trabalhadores a se inserirem no mercado de trabalho. Vale lembrar que, a manutenção do crescimento do PIB no Estado do Ceará, anteriormente assinalada, depende também da contribuição de trabalhadores bem formados e qualificados.

1.5.1 O Financiamento e Custeio da Bolsa-estágio: a questão proposta às Escolas Estaduais de Educação Profissional

As possibilidades de financiamento da Rede Estadual de Educação Profissional do Ceará é preocupação central deste trabalho, que enfoca especificamente a bolsa-estágio. Muitas das despesas de custeio são inerentes ao orçamento público (pagamento de professores, contas de energia, água, telefone, reprodução de material, serviços terceirizados, dentre outros), são rubricas que não podem ser delegadas a terceiros e, ao contrário das construções e reformas de imóveis, aquisições de equipamentos e mobiliário, que contam com recursos federais, não dispõem de apoio financeiro do MEC ou de outra instituição.

Os custos relativos à concessão da bolsa-estágio permitem vislumbrar possibilidades de participação da iniciativa privada, uma vez que, as empresas que oferecem estágios por outros meios (CIEE, por exemplo) já arcam com o pagamento de seus estagiários. A concessão da bolsa-estágio aos alunos dos cursos técnicos das ETEPs representa um montante acumulado, desde o início desta ação, superior a oitenta milhões de reais, e vai crescer de forma acentuada com a expansão da Rede de Educação Profissional até o atingimento das metas propostas no Plano

Nacional de Educação (2014-2024) e no Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará (CEARÁ, 2008a). A Tabela 5, a seguir, demonstra o crescimento dos valores investidos para garantir o pagamento das bolsas, no período de 2010-2014, gastos estes que, por sua vez, estão sendo garantidos única e exclusivamente pelo Estado do Ceará.

Tabela 5 - Valores e beneficiados através da concessão da bolsa-estágio 2010 – 2014

Ano	Valor Total Aplicado ⁴	Valor FECOP	Nº de Beneficiários
2010	R\$ 5.102.250,00	-	3.334
2011	R\$ 13.314.170,24	R\$ 11.740.370,24	7.663
2012	R\$ 17.000.086,36	R\$ 17.000.086,36	12.649
2013	R\$ 20.651.811,62	R\$ 20.651.811,62	10.960
2014	R\$ 25.859.257,87	R\$ 25.859.257,87	19.182
TOTAL	R\$ 81.927.576,09	R\$ 75.251.526,09	53.788

Fonte: CEARÁ, 2015a.

Como é possível observar na Tabela 5, o número de beneficiários da bolsa-estágio vem sendo ampliado constantemente, assim como os investimentos realizados nesta ação. De 3.334 beneficiados, em 2010, passou a 19.182 beneficiados em 2014. Os investimentos, em 2010, que eram da ordem de 5,1 milhões, passaram a 25,8 milhões em 2014. Os gastos crescentes com o financiamento da bolsa-estágio apontam a necessidade de buscar estratégias sustentáveis de operacionalização da política de educação profissional em questão.

No atual modelo de Educação Profissional na Rede cearense, o grande diferencial é o estágio curricular. A concessão de bolsa aos estudantes é um mecanismo para apoiá-los na fase final do processo formativo da escolaridade básica; é também uma forma de propiciar aos alunos aprendizagem prática relacionada à profissão, que em breve poderão abraçar, e às relações sociais e legais do mundo do trabalho, bem como uma contribuição real para, por meio do exercício do trabalho, fortalecer a autoestima desses jovens em sua condição de cidadãos, um dos objetivos da educação básica.

⁴ Observa-se que, nos anos de 2010 e 2011, os recursos para o financiamento das bolsas-estágio foram provenientes apenas do Tesouro estadual. Nos demais anos, tiveram a contribuição do FECOP - O Fundo Estadual de Combate à Pobreza, como estabelecido na Emenda Constitucional de nº 31/2000, e reafirmado no dispositivo de lei complementar de nº 37/2003.

No entanto, a concessão baseada apenas no Tesouro Estadual não oferece garantias orçamentárias de longo prazo, já que essa despesa não está vinculada a qualquer fundo exclusivo, como acontece, por exemplo, com o FUNDEB, cujos recursos representam garantias legais de financiamento para a educação básica no tocante aos salários dos professores e às despesas de manutenção da educação básica.

Por isso, esta política de remuneração dos estágios obrigatórios dos alunos das escolas profissionais cearenses necessita de reformulação quanto a sua lógica, de modo a contar com a contrapartida das empresas no que tange ao pagamento das bolsas-estágio aos estudantes. Essa proposta tem como referência apontar caminhos para a redução dos custos nesse item das despesas de custeio e manutenção dos cursos técnicos na Rede Estadual.

A articulação do setor público com a iniciativa privada para tornar esta proposta exequível é de extrema importância. É preciso ter clareza de que o setor público já contribui com a formação profissional a ser absorvida pelos setores econômicos. Em contrapartida, é preciso que as empresas assumam a responsabilidade pela viabilidade do estágio, contratando, temporariamente, como aprendizes, os alunos durante o período de estágio obrigatório.

Em um grupo de escolas regulares que, em 2012, implantaram uma proposta de reorganização curricular do Ensino Médio, em que o Núcleo Trabalho, Pesquisa e demais Práticas Sociais (NTPPS) se tornou componente curricular, a SEDUC-CE já vem desenvolvendo o Programa Estadual Aprendiz na Escola, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) e Instituto Aliança com o Adolescente (IA). Nessa iniciativa, as escolas beneficiadas com o Programa implantaram, na parte diversificada do currículo das turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Médio, o NTPPS, que funciona durante 5 horas semanais. No Núcleo, as atividades pedagógicas buscam o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, além de proporcionar o desenvolvimento das competências associadas ao mundo do trabalho. Nesse modelo, as horas trabalhadas no Núcleo são contabilizadas como formação básica para o trabalho, necessitando apenas de uma complementação de formação específica em uma área profissional no contraturno.

Para efeito deste estudo, determina-se aprofundar a investigação em torno das ações passíveis de serem desenvolvidas pela Célula de Estágios Profissionais

da Coordenadoria de Educação Profissional da SEDUC-CE e o estabelecimento de parcerias com o setor privado, que poderá contribuir mais diretamente para o desenvolvimento social e econômico do Estado. Com isso, o Plano Estratégico seria contemplado e o cumprimento do estágio curricular obrigatório se materializaria por meio da vinculação do exercício laboral dos alunos em processo educativo à sua remuneração, hoje arcada pelo Estado. Em contrapartida, o setor privado estaria se beneficiando com a contribuição acadêmica e profissional dos estudantes que cursam áreas técnicas do setor ou ramo produtivo da empresa.

A desoneração desse financiamento estatal e sua transferência (total ou parcial) para o setor privado configuraria uma iniciativa pioneira no Brasil, podendo estabelecer um rumo sustentável para a política pública de Educação Profissional para um número cada vez maior de jovens matriculados.

2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO CEARÁ: APONTAMENTOS CONCEITUAIS, METODOLOGIA E ANÁLISES

Este capítulo irá abordar os apontamentos conceituais utilizados para embasar as análises sobre a educação profissional, a responsabilidade social, bem como o perfil das empresas que participam dessa política. Após esse diagnóstico inicial, será apresentada a metodologia utilizada, que possibilitou a coleta, processamento, análise e apresentação dos resultados aferidos e das principais constatações.

2.1 Apontamentos conceituais da relação entre trabalho e Educação Profissional

Ao longo da história da educação no Brasil e no mundo, embora a Educação Profissional tenha passado por diversas transformações conceituais, é intrínseca a sua relação com a categoria trabalho como papel fundante na construção e desenvolvimento da humanidade, como explicam Jost e Schlesener, (2015, p. 1):

No pensamento marxista, a categoria trabalho está no centro de sua teoria, visto que desempenha o papel fundante na construção e desenvolvimento da humanidade, expressado como fio condutor da obra marxiana, desde suas primeiras elaborações teóricas até às da sua maturidade, na busca de explicitar, como os seres humanos se produzem e reproduzem a sua existência humana. (JOST e SCHLESENER, 2015, p. 1).

A atividade laboral sofreu diversificadas mudanças conceituais, demandadas pelas transformações ocorridas nos últimos séculos, oriundas das dimensões econômicas, sociais e culturais. Entretanto, mesmo diante de significativas transformações no mundo do trabalho, situa-se a importância da compreensão da experiência humana para sua emancipação, enquanto constituição do conhecimento expressado no resultado das suas atividades laborais, como produto da sua ação. Portanto, em sua ação sobre a natureza para satisfazer suas necessidades, os homens produzem conhecimento, cujo conteúdo é determinante do processo de humanização (JOST e SCHLESENER, 2015).

As concepções conceituais que orientam a Educação Profissional, de modo geral, estão pautadas na preparação para o trabalho, integrando a escola na tarefa

de preparar o educando para a sua inserção no mundo do trabalho, levando-se em conta as técnicas de produção exigidas no processo produtivo global. Enfim, um ensino planejado para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para o exercício laboral nos processos produtivos.

Nesses termos, nas palavras de Garcia (2009, p. 63):

Reforça-se que a categoria que é apresentada para assegurar a integração entre os diferentes níveis e modalidades é a educação básica, formação mínima necessária para todo cidadão. A educação básica integrada à Educação Profissional deve tomar como ponto de partida o trabalho como princípio educativo, que seja orientador das políticas e práticas pedagógicas da educação.

A função formativa da educação Profissional sempre esteve historicamente relacionada ao caráter economicista da educação, que se tornou preponderante no contexto da modernidade. Assim, torna-se possível compreender o debate sobre as finalidades dessa etapa e modalidade de ensino, como a natureza da relação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, debate esse que não se esgotou na transição para o século XXI. No contexto atual das políticas educacionais, emerge a necessidade de um projeto, o Ensino Médio, que supere a dualidade entre formação específica e formação geral, com vistas ao deslocamento do foco de seus objetivos do mercado de trabalho para a formação integral do ser humano, laboral, cultural e técnico-científica, segundo as necessidades das classes trabalhadoras (CIAVATTA e RAMOS, 2011).

Pensando nas novas políticas educacionais em andamento para o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, Ciavatta e Ramos (2011, p. 31) afirma que:

Ainda que sejamos levados a compreender o ensino médio integrado à educação profissional como uma forma de relacionar processos educativos com finalidades próprias em um mesmo currículo, compreendemos integração como algo mais amplo.

Nessa direção, reflete-se sobre objeto desta investigação – o modelo de educação profissional implementado no Estado do Ceará – na perspectiva de analisar sua efetividade para atender à integração de todas as dimensões da vida, “o trabalho, a ciência e a cultura – no processo formativo” (CIAVATTA e RAMOS, 2011,

p. 31), cumprindo, assim, as finalidades mais amplas do currículo na formação integral do ser humano.

2.2 A interação entre o estado e o setor privado no âmbito da formação profissional

O enfoque da responsabilidade social empresarial justifica-se pela centralidade que o tema assume explicitamente nesta pesquisa, no tocante à sustentabilidade da política educacional no Estado do Ceará, especificamente quanto ao estágio curricular obrigatório, cuja implantação já relaciona diretamente Estado e empresas. O referencial da temática da Responsabilidade Social neste estudo perpassa o debate acadêmico de Rico (2001; 2004), Borger (2001; 2013), entre outros que contribuíram para a nossa pesquisa.

São nos estudos de Souza (2006) que percebemos um forte vínculo da categoria Responsabilidade Social com os nossos estudos, uma vez que, o autor destaca que a mudança de paradigmas no século XXI, a partir de uma visão mais cooperativa e humanizada, através das relações interpessoais, tem trazido para o cenário da educação a discussão sobre a responsabilidade social de forma a tentar garantir políticas públicas inclusivas e de sustentabilidade. Nessa nova conjuntura, acredita-se que a partilha da responsabilidade entre o Estado e a iniciativa privada pode construir práticas socialmente responsáveis, capazes de promover a “reflexão, o reconhecimento das diferenças, o combate as desigualdades e o exercício da cidadania” (SOUZA, 2006, p. 1).

As mudanças que destacamos no parágrafo anterior são estudadas por Portugal e Almeida (2002), esses autores, assim como outros trazem a Globalização com o advento da informática e disseminação rápida da informação como responsável por uma série de mudanças na Sociedade Contemporânea, a exemplo, a extinção de algumas profissões e o surgimento de outras. Esses fenômenos nos condicionam a reavaliar inúmeros processos que ocorrem no meio social, entre eles, a Educação.

Entretanto, percebemos a necessidade de trazer em nossos estudos algumas respostas para as nossas inquietações primeiras, quando em nossas reflexões nos deparamos com algumas questões do tipo: de que se trata Responsabilidade

Social? O que é isso? Como praticar esta Responsabilidade Social? E qual as vantagens de incentivar essa prática no Estado do Ceará?

Logo, percebemos que o conceito de Responsabilidade Social, é uma categoria histórica, cultural, e econômica, pois segundo os estudos de Munck e Souza (2009), essa categoria sofreu muitas mudanças durante a história. Ele teve seu apogeu, na década de 1980, com o paradigma da sustentabilidade ambiental, buscando ajustes técnicos e estratégicos no processo de produção, de forma a amenizar os impactos ambientais. E na década de 1990, após o processo de redemocratização, com uma forte tendência à apreciação do social, as empresas reorganizaram-se para superar a simples gestão técnica e desenvolverem métodos mais eficazes e sustentáveis.

Entretanto, Hardjono e Van Marrewijk (2001) apontam que as práticas, nesses momentos, nada mais foram do que um processo de avaliação que se concentrava em estabelecer planos financeiros de curto prazo. Assim, o que se entende dessa categoria é que, mesmo as empresas estando alicerçadas na produção, nos empregos e no crescimento de sua marca, ligado a isso, está uma preocupação com o meio ambiente e os impactos sociais para o bem-estar dos indivíduos sociais.

Logo, a Responsabilidade Social, no seu conceito mais amplo, é associada às contribuições que as instituições privadas dão para resolver problemas como a superação da pobreza, fome, analfabetismos, universalização da educação, entre outros. Como um termo novo, ele foi criado a partir da percepção dos sujeitos inseridos no meio social e tenta estabelecer que o ser humano não vive na individualidade, fortemente afirmando que, separadamente, Responsabilidade significa o ato de responder pelos seus atos, cumprindo seus deveres e obrigações o que faz um vínculo com o termo Social agregando-lhe uma nova conotação, em que não basta ser responsável individualmente, ou seja, a responsabilidade social diz respeito ao cumprimento dos deveres e obrigações dos sujeitos com a sociedade em geral.

Essa nossa concepção de Responsabilidade Social, que emerge dos estudos de Rico (2001; 2004), Borger (2001; 2013), Souza (2006), Munck e Souza (2009), Hardjono e Van Marrewijk (2001), dentre outros estudiosos da área, demonstra que essa nova perspectiva, não prioriza mais o individual, mas é coletiva, precisa ser veiculada através dos processos educativos buscando manter e ampliar o capital cultural dos sujeitos de uma determinada sociedade. Percebemos que, existem

empresas que estão aplicando esse conceito muito bem, e desenvolvem vários projetos nas mais diversas áreas, a saber: ambiental, social, cultural, e entre elas, a educacional. Podemos elencar como exemplo o Banco Bradesco, com a Fundação Bradesco; O Banco Itaú, com os projetos de leitura dentre outros.

Para Munck e Souza (2009), órgãos governamentais, ou não, acreditam que uma parceria entre essas duas esferas econômicas é capaz de promover reajustamentos nas sociedades desgastadas monetariamente e socialmente. O que iria refletir diretamente na melhoria dos índices de qualidade de vida, comunicações mais transparentes, retornos financeiros, que seriam coerentes com o desenvolvimento, e também melhores práticas de gestão de recursos e pessoal.

O debate de Borger (2013) reforça os nossos argumentos que apontam para a possibilidade dessa prática no Ceará, o autor versa sobre o fato de que o conceito de Responsabilidade Social empresarial, na evolução histórica do tema na sociedade brasileira, aponta para a necessidade de abarcar as dimensões éticas e de transparência, além de superar as questões constituídas historicamente, que estavam ligadas às noções de assistencialismo, paternalismo, caridade e filantropia empresarial, e atualmente se ligam aos conceitos contemporâneos de investimento social, ação socioempresarial, participação social ou comunitária na empresa ou desenvolvimento social.

Notoriamente, essa perspectiva (de Responsabilidade Social na atualidade) supera a concepção de filantropia pelo fato de ser mais eficaz e comprometida com o bem coletivo. Isso se deve ao fato de que a filantropia apenas ameniza as problemáticas sociais de um país em processo de desenvolvimento, além de, muitas vezes, servir apenas como uma estratégia de *marketing* para as empresas promotoras. O que queremos confirmar aqui é a necessidade eminente de Estado, Empresas, Sociedade e os próprios sujeitos sociais passarem a promover um processo sustentável na efetivação de políticas educacionais, que no nosso caso, são referentes aos financiamentos das bolsa-estágio (BOFF, 2003).

O discurso descritivo-substantivo de Borger (2013) dialoga, nesta seção, com o construto acadêmico de Rico (2001; 2004) sobre as mesmas temáticas, acrescentando ao debate de Borger (2013) abordagens sobre balanço comercial, experiências de Responsabilidade Social empresarial de instituições, como o Instituto Ayrton Sena, o Instituto Ethos, Amicham, é uma iniciativa legislativa de certificação de empresas cidadãs. Pretendemos, com isso, constituir uma

abordagem substantiva e propositiva como contribuição acadêmica às políticas públicas do Estado do Ceará.

No percurso temático desta seção, apontamos, inicialmente, o conceito de Responsabilidade Social empresarial discutido pelas autoras para, a partir dessa conceituação, correlacioná-la a aspectos que se coadunam com os interesses da pesquisa.

Rico (2004 apud Ethos, 2004) suscita o debate apoiando-se no conceito de Responsabilidade Social empresarial assumido por aquele Instituto, que o define como:

A forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e a redução das desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS, 2004, s.p.).

Ao tomarmos como premissa que o desenvolvimento sustentável da sociedade pressupõe comprometimento dos atores sociais, não sendo unicamente o estado o ente responsável pela garantia das condições para que o desenvolvimento socioeconômico se efetive, parece bastante pertinente o pensamento de corresponsabilidade empresarial junto a políticas públicas promotoras do desenvolvimento social e econômico.

Para a autora, o conceito de Responsabilidade Social parece dar conta de um movimento, percebido nas últimas décadas, de sensibilização da iniciativa privada para seu engajamento em ações socialmente responsáveis, com vistas à sustentabilidade. Importa refletir que a mudança de paradigma que vem se desenhando relaciona-se, em parte, à compreensão de que responsabilizar-se socialmente implica minimizar riscos para a atividade econômica empreendida pelas empresas, buscando sua sustentabilidade. Antes desse período, a participação empresarial no enfrentamento das questões sociais pautava-se pela filantropia e assistência.

Essas práticas históricas era uma forma de os ricos exaltarem sua misericórdia sobre os mais pobres, exercitando o “bem” com preceitos aristotélicos, nos quais geralmente a Igreja tomava um papel central (SPOSATI, 1988).

A assistência social privada, agraciada como benesses estatais, era a forma transfigurada com que o poder público insinuava assistir à miséria [...] sustentada pela Irmandade de Misericórdia, forma combinada do público e privado, do religioso e leigo [...] (SPOSATI, 1988, p. 85).

Rico (2004) ressalta que esse movimento é marcado pelo advento da internacionalização e das novas relações na economia, a partir da década de 1980, bem como pela maior compreensão da relação que existe entre desenvolvimento social do país e responsabilidade empresarial. Antes do período de redemocratização do Brasil, a participação da iniciativa privada restringia-se ao âmbito do auxílio material e financeiro diante de situações concretas, delimitadas ou pontuais – o que, como ressalta a autora, vinha marcada pelas noções de filantropia, assistencialismo e caridade; não se estabeleciam, então, as correlações entre desenvolvimento social e econômico, nem havia a preocupação de envolvimento e interação das empresas com necessidades menos imediatas da sociedade e do Estado.

No caso específico abordado neste estudo, ou seja, no âmbito da interação estado e setor privado no âmbito da educação, a perspectiva de Responsabilidade Social Empresarial relaciona-se diretamente com a sustentabilidade de cada setor da economia, afetando às áreas de formação técnica ofertadas pelo Estado do Ceará. Logo, é no processo que envolve a oferta de estágio para os estudantes das escolas profissionais que mais diretamente ocorre a interação Estado-Empresa. Afinal, o financiamento da política pública educacional tem por objetivo, de modo interdependente, tanto o desenvolvimento dos jovens beneficiários, contribuindo para que superem as condições de pobreza socioeconômica, quanto o desenvolvimento econômico e social do Ceará.

Parece plausível considerar como necessário o investimento público do Governo do Ceará, durante esse período, como estratégia de abertura das empresas ao acolhimento de estagiários, para tornar possível, agora, um debate qualificado com o setor empresarial no tocante à Responsabilidade Social Empresarial. Portanto, por se tratar de uma Rede nova a ofertar Educação Técnica, sem referência prévia sobre a qualidade da formação de seus estudantes e estagiários, sem lançar mão do financiamento público, o Governo do Ceará, possivelmente, não garantiria a oferta de estágio para a totalidade dos estudantes.

O conceito de Responsabilidade Social Empresarial aportado por Rico (2004) dialoga com a conceituação de Borger (2013) sobre desenvolvimento sustentável e Responsabilidade Social, que considera conceitos de relação intrínseca.

Para Borger (2013), as mudanças sociais alteraram as questões enfrentadas pelas empresas, modificando, conseqüentemente, suas práticas (BORGER, 2001, p. 15), que passaram a diferenciar-se da visão de filantropia empresarial, cujas intervenções, no plano social, não se voltavam a responder demandas sociais mais amplas.

A noção de Responsabilidade Social Empresarial expandiu-se historicamente para a inclusão do conceito de sustentabilidade e, avançando nessa direção, evolutivamente, foi sendo ampliado o enquadramento das questões, cuja responsabilidade cabia também às empresas acurar. Assim, aspectos inter-relacionados, como o econômico e o ambiental, foram sendo ampliados para incorporar também o aspecto social. Na atualidade, o conceito de sustentabilidade (e a decorrente Responsabilidade Social empresarial) enquadra-se, cada vez mais, em aspectos econômicos-ambientais-sociais-éticos (BORGER, 2013).

O aporte de Borger (2001) contribui tanto para o debate teórico da Responsabilidade Social empresarial quanto para o caso de gestão em estudo, ao apontar para as questões que estão na pauta de enfrentamento por parte das empresas, como ética nos negócios, gestão de riscos, responsabilidade e reputação da empresa, e também questões que progressivamente ganham relevo na atualidade, como: estratégia empresarial, inovação e oportunidade.

Na formulação da autora, evolui-se da noção de filantropia empresarial para Responsabilidade Social Empresarial e aponta-se a sustentabilidade como orientador da interação empresa-sociedade. Sob a ótica desta pesquisa, Borger (2013) oferece, assim, elementos de fundamentação no debate qualificado entre o Governo do Estado e o setor empresarial no pensamento atual de que “o modelo da sustentabilidade é uma nova forma de fazer negócios, que tem como pressuposto o novo papel da empresa na sociedade” (BORGER, 2013).

Atualmente, passados seis anos de implantação da política e da prática de estágios, envolvendo mais de 4 mil empresas e já tendo formado mais de 36 mil técnicos, o governo conquistou a necessária credibilidade nessa política e dispõe, em seu Sistema Informatizado de Captação de Estágios (SICE), de instrumentos para aferição da satisfação das empresas concedentes, o que já sinalizava uma

oportunidade de debate sobre a corresponsabilidade empresarial no financiamento da política de apoio ao estudante, até agora garantida na totalidade, pela concessão da bolsa-estágio com recursos públicos.

O referido estudo aprofunda essas impressões iniciais do SICE sobre os estagiários, ao mesmo tempo em que se insere o debate sobre a Responsabilidade Social nesse contexto e mostra um campo potencial para estabelecer cooperações financeiras. Tal potencialidade foi aproveitada por este estudo e culminou no plano de ação exposto no capítulo 3 desta dissertação.

2.3 Metodologia aplicada à pesquisa

Esta seção tem por objetivo apresentar os aspectos metodológicos do presente estudo. A seguir, descrevemos, detalhadamente, o modelo teórico de investigação, os instrumentos e procedimentos de coleta de dados, universo e amostra, técnicas de levantamento e tratamento dos dados, assim como, identificamos as principais dificuldades encontradas no desenvolvimento das etapas do trabalho.

2.3.1 Caracterização da pesquisa

Metodologicamente, para este estudo, foi realizada uma pesquisa do tipo exploratória, uma vez que o assunto tratado ainda é pouco explorado nos meios acadêmicos, e, descritiva, a fim de identificar opiniões, percepções e comportamentos de indivíduos da população estudada. Segundo Vergara (2006), a pesquisa de tipo descritiva possibilita estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza, mas não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, apesar de servir de base para tais explicações.

Como o problema proposto, não apresentava aspectos que permitiam a visualização dos procedimentos que seriam adotados, foi necessário que o pesquisador iniciasse um processo de sondagem, com vistas a aprimorar ideias e, posteriormente, construir instrumentos de coleta de informação. Por ser uma pesquisa bastante específica, ela assumiu a forma de um estudo de caso.

Com referência aos meios utilizados para a investigação, inicialmente, foi realizado o levantamento bibliográfico relacionado ao tema educação profissional em livros, periódicos, dissertações de mestrado e outras publicações institucionais (do Ministério da Educação e da Secretaria da Educação do Estado do Ceará).

A elaboração do instrumento de investigação ou questionário de pesquisa foi fundamental para que obtivéssemos informações de um elevado número de pessoas, em um espaço de tempo relativamente curto, sobre o conhecimento e grau de satisfação dos empresários quanto ao programa de educação profissional do Estado do Ceará.

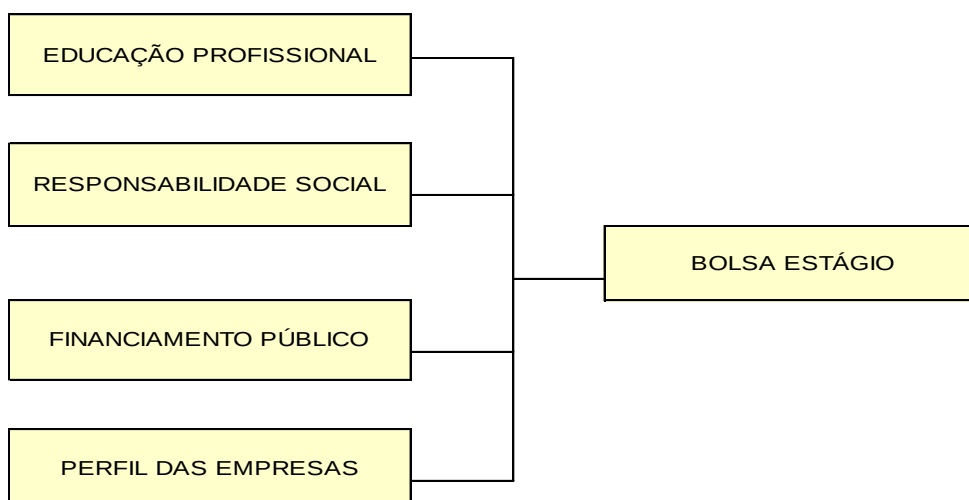
Por fim, aplicamos a pesquisa de campo com investigação empírica nas empresas dos setores econômicos de serviços, comércio, indústria e pesquisa/tecnologia, localizadas no Estado, com o intuito de atingir os objetivos estabelecidos neste estudo.

A pesquisa empírica é um procedimento composto de cinco etapas: 1) exposição do problema (definição do problema a ser estudado ou da pergunta a ser respondida); 2) projeto do estudo de pesquisa (projeto voltado a responder a pergunta de pesquisa ou a estudar o problema); 3) mensuração das variáveis (aplicação de métodos de coleta dos dados e mensuração das variáveis); 4) análise dos dados (realização de procedimentos estatísticos para analisar os dados coletados); 5) conclusões da pesquisa (com base nas análises feitas, dar sentido as informações coletadas) e tem o importante papel de retroação (*feedback*), ou seja, verificar se os resultados da quinta etapa influenciam a primeira etapa de pesquisas ou estudos futuros.

2.3.2 Modelo Teórico de Investigação

O modelo teórico de investigação para analisar as estruturas de financiamento da bolsa-estágio dos cursos profissionalizantes oferecidos pelas Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará baseou-se no estudo das variáveis ou categorias conceituais apresentadas na figura a seguir:

Figura 1 - Categorias conceituais de análise do financiamento da Bolsa-estágio



Fonte: Elaborado pelo autor.

Delimitando, assim, uma estratégia para chegarmos às análises finais das possibilidades de cooperação para o financiamento da bolsa-estágio.

2.3.3 Descrição da População e Amostra

Estatisticamente, “população é o conjunto de elementos (unidades observáveis) que constituem a abrangência do estudo” (COSTA, 2008, p.6). Os sujeitos da pesquisa, tendo em vista suas características, atuam em empresas dos setores secundário e terciário existentes em municípios do Estado do Ceará.

Segundo Costa (2008, p.6), a amostra de uma pesquisa representa o subconjunto dos elementos de uma população. Para o autor, “este subconjunto deve ter dimensão menor que a da população e seus elementos devem ser representativos da população”. A amostra aleatória simples considera como premissa que cada componente da população analisada tem a mesma chance de ser selecionado para compor a amostra.

Nesta pesquisa, trabalhamos com uma população de 4.038 empresas, ou seja, todas as empresas privadas que concedem bolsa-estágio aos estudantes de escolas públicas participantes do Programa de Educação Profissional da SEDUC-CE.

Estatisticamente, a amostra considerada válida é de 364, com erro de 5% e nível de confiança de 95%. O número de questionários coletados foi além da

amostra considerada necessária, chegando a 607 respondentes. A seguir, apresentamos as análises da pesquisa realizada com esses 607 respondentes.

2.3.4 Instrumento de Pesquisa

O questionário de pesquisa (Apêndice C) foi estruturado em duas partes e composto por um conjunto de questões destinadas a levantar informações sobre o perfil das empresas e sobre a percepção dos respondentes a respeito do programa de Educação Profissional implantado no Estado do Ceará.

A primeira parte do questionário, que versou sobre o perfil das empresas e dos respondentes, contemplou sete questões tratando das seguintes temáticas:

- (1.1) Localização da empresa
- (1.2) Setor econômico
- (1.3) Área de atividade
- (1.4) Porte
- (1.5) Cargo ocupado pelo respondente
- (1.6) Número de funcionários e
- (1.7) Número de estagiários da empresa.

A segunda parte do questionário foi composta por seis questões relacionadas especificamente aos objetivos da dissertação:

- (2.1) o conhecimento do respondente acerca do Programa de Educação Profissional implantado nas Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará;
- (2.2) a opinião dos respondentes sobre a referida política;
- (2.3) o grau de satisfação da empresa em relação ao trabalho desenvolvido pelos estagiários oriundos das escolas Estaduais de Educação Profissional;
- (2.4) se o respondente recomendaria o recebimento de estagiários oriundos das Escolas Estaduais de Educação Profissional a outras empresas;
- (2.5) a percepção que a empresa tem sobre a temática da Responsabilidade Social; e
- (2.6) as motivações para a empresa que trabalha receber estagiários das Escolas de Educação Profissional.

A análise detalhada dos resultados obtidos com aplicação do instrumento de pesquisa é tratada nos próximos tópicos deste capítulo.

2.4 Análise dos resultados

Neste tópico, apresentamos e analisamos os principais resultados da pesquisa que subsidia o estudo sobre a Educação Profissional no Estado do Ceará, sob o título “Educação Profissional e a estrutura do financiamento das bolsas-estágio na Rede de Ensino do Estado do Ceará”.

A primeira questão (Parte 1) do instrumento de pesquisa trata-se da localização da empresa (questão 1.1). Conforme é possível observar, na Tabela 6, os 607 respondentes do questionário estão localizados em 56 (cinquenta e seis) municípios do estado.

Tabela 6 - Localização da empresa

CIDADE	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	PERCENTUAL
SOBRAL	58	9,56%
FORTALEZA	46	7,58%
NOVA RUSSAS	33	5,44%
BOA VIAGEM	33	5,44%
BEBERIBE	29	4,78%
HIDROLÂNDIA	27	4,45%
JUAZEIRO DO NORTE	25	4,12%
ITAPIPOCA	25	4,12%
PARAIPABA	22	3,62%
SANTA QUITÉRIA	20	3,29%
VÁRZEA ALEGRE	20	3,29%
ICÓ	19	3,13%
CRATEÚS	18	2,97%
MOMBAÇA	18	2,97%
MARACANAÚ	16	2,64%
IPU	12	1,98%
MILAGRES	12	1,98%
JAGUARIBE	12	1,98%
IGUATU	11	1,81%
CRATO	10	1,65%
QUIXERAMOBIM	10	1,65%
ARARIPE	10	1,65%
IPUEIRAS	10	1,65%
PACATUBA	9	1,48%
CEDRO	9	1,48%
UBAJARA	8	1,32%
PENTECOSTE	7	1,15%
BARBALHA	7	1,15%
CAMOCIM	6	0,99%
AURORA	5	0,82%
MORADA NOVA	5	0,82%
PARACURU	5	0,82%
TAMBORIL	4	0,66%
PEREIRO	4	0,66%
CAUCAIA	4	0,66%
IBIAPINA	4	0,66%
BATURITÉ	3	0,49%
ORÓS	3	0,49%
REDENÇÃO	3	0,49%
AMONTADA	3	0,49%
GUAIÚBA	3	0,49%
ARARENDA	2	0,33%
JERICOACOARA	2	0,33%
CASCADEL	2	0,33%
PARAMBU	2	0,33%
TRAIRI	1	0,16%
ITAINGA	1	0,16%
ITAPAJE	1	0,16%
POTENGI	1	0,16%
NOVO ORIENTE	1	0,16%
ACARAU	1	0,16%
JIJOCA DE JERICOACOARA	1	0,16%
URUOCA	1	0,16%
AQUIRAZ	1	0,16%
MAURITI	1	0,16%
PEDRA BRANCA	1	0,16%
TOTAL GERAL	607	100,00%

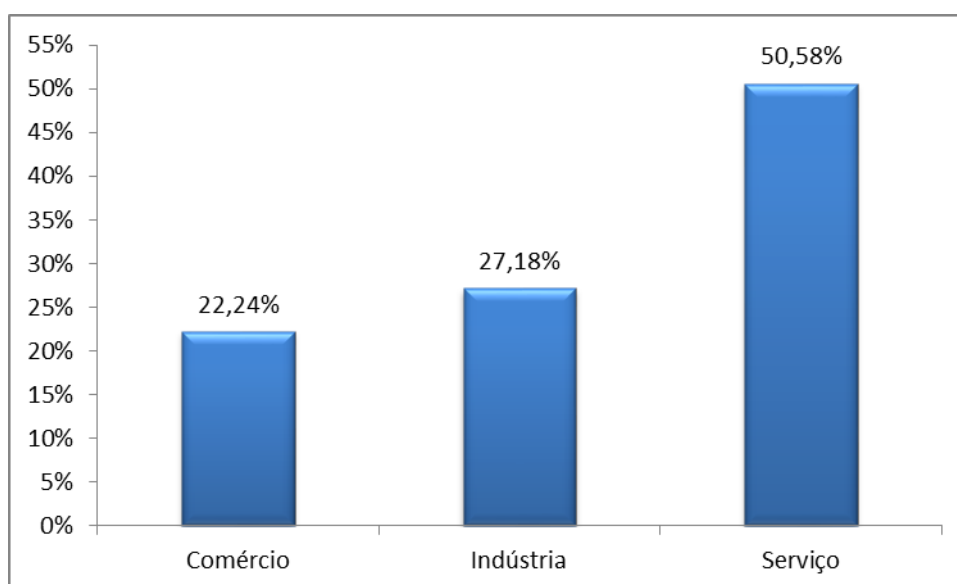
Fonte: Elaborado pelo autor.

Os municípios com maior número de respondentes são Sobral, com 58 (cinquenta e oito) pessoas; Fortaleza, com 46 (quarenta e seis) pessoas; seguidos por Nova Russa e Boa Viagem, cada um com 33 (trinta e três) pessoas. Os demais municípios tiveram, cada um, menos de 5% de respondentes.

Um segundo aspecto inserido no instrumento de pesquisa para caracterizar o perfil da empresa se refere ao setor econômico (questão 1.2).

Como é possível observar, no Gráfico 5, a seguir, o maior número de respondentes do questionário trabalha em empresas do setor de pesquisa e tecnologia, aproximadamente 40,53% (246 pessoas/empresas).

Gráfico 5 - Setor econômico

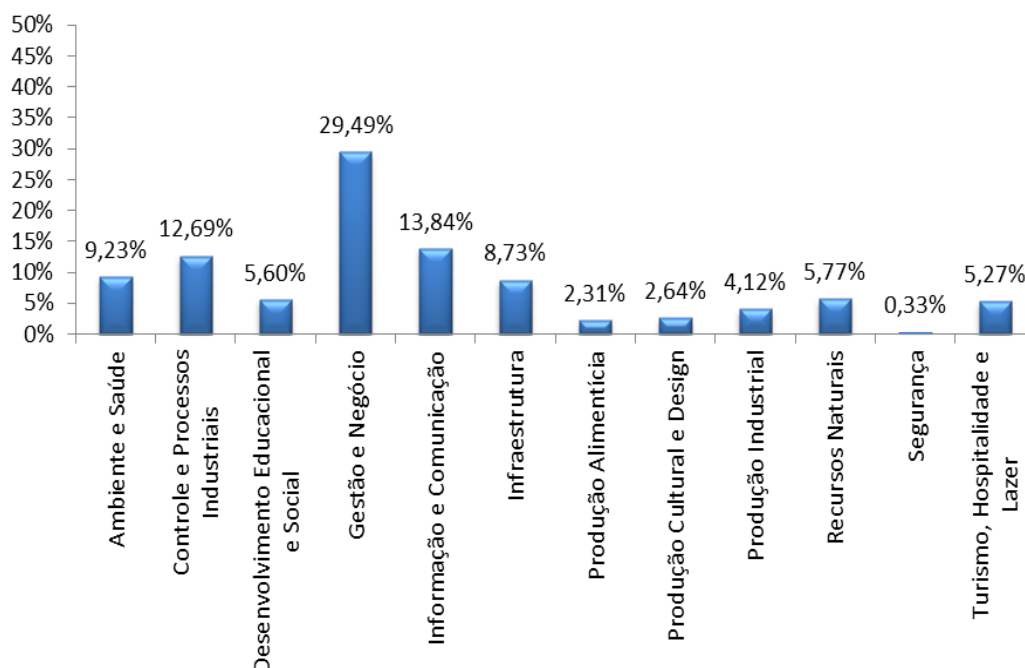


Fonte: Elaborado pelo autor.

Entre os demais setores econômicos, também se destacaram com elevados percentuais a indústria, o comércio e serviços. A indústria obteve um percentual da ordem de 27,18%, o comércio, por sua vez, 22,24% e o serviço com uma participação predominante de 50,58%.

O terceiro ponto abordado no questionário de pesquisa referente ao perfil dos respondentes é sobre a área de atividade da empresa (questão 1.3).

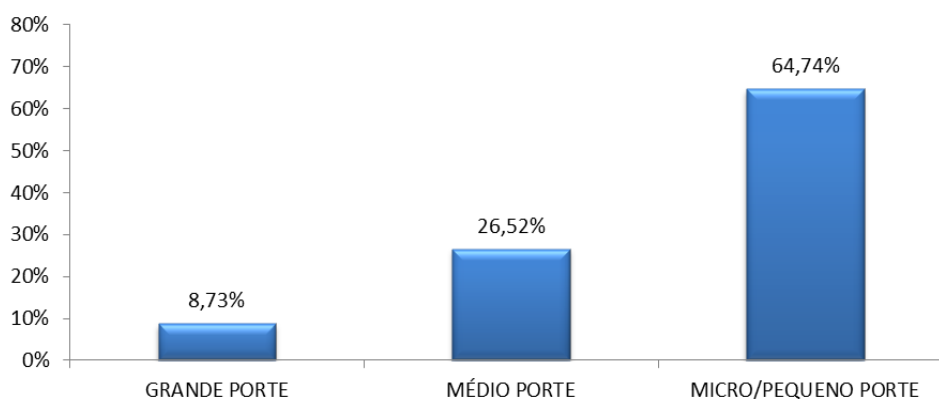
De acordo com os resultados apresentados, no Gráfico 6, a seguir, é possível verificar que das doze áreas de atividade econômica previstas cinco se destacaram com os maiores percentuais de representatividade, enquanto as demais (sete áreas) tiveram frequência menos expressiva, não superando 6%.

Gráfico 6 - Área de atividade das empresas

Fonte: Organizado pelo autor.

Os maiores percentuais de respondentes foram identificados em empresas atuantes na área de gestão e negócios, obtendo 29,49% (179 pessoas). Em seguida, destacam-se os respondentes distribuídos em áreas de informação e comunicação (84 pessoas, correspondente a 13,84% dos respondentes) e controle de processos industriais (77 pessoas, correspondente a 12,69% dos respondentes).

A identificação do porte da empresa foi o quarto item considerado no questionário de pesquisa (questão 1.4), conforme se observa no Gráfico 7, a seguir.

Gráfico 7 - Porte das empresas

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como se verifica, do total de 607 respondentes do questionário, 64,74% atuam, predominantemente, em empresas de micro e pequeno porte localizadas em municípios do Estado do Ceará (393 empresas). 26,52% (161 pessoas) declararam trabalhar em empresas de médio porte. As empresas de grande porte representaram apenas 8,73% dos respondentes.

O quinto aspecto considerado na primeira parte do questionário de pesquisa refere-se ao cargo ocupado pelos respondentes (questão 1.5), conforme apresentado na Tabela 7, a seguir:

Tabela 7 - Cargo que ocupa na empresa

CARGO QUE OCUPA NA EMPRESA	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
PROPRIETÁRIO/SÓCIO	272	44,81%
DIRETOR ADMINISTRATIVO	120	19,77%
GESTOR DE RECURSOS HUMANOS	33	5,44%
GERENTE	17	2,80%
SUPERVISOR(A)	10	1,65%
SECRETÁRIO(A) ESCOLAR	8	1,32%
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	7	1,15%
RECEPCIONISTA	7	1,15%
COORDENADOR	6	0,99%
SECRETÁRIA	6	0,99%
FUNCIONÁRIO	4	0,66%
PRESIDENTE	4	0,66%
AGENTE ADMINISTRATIVO	4	0,66%
GERENTE COMERCIAL	4	0,66%
GERENTE ADMINISTRATIVO	4	0,66%
AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	3	0,49%
GERENTE DE PÓS-VENDAS	3	0,49%
CHEFE DE OFICINA	3	0,49%
VENDEDOR(A)	3	0,49%
OPERADOR DE CAIXA	2	0,33%
PESQUISADOR	2	0,33%
AUXILIAR DE CONTABILIDADE	2	0,33%
GERENTE ADMINISTRATIVA	2	0,33%
ADMINISTRAÇÃO	2	0,33%
OUTROS CARGOS	77	12,32%
NÃO RESPONDEU	1	0,16%
TOTAL GERAL	607	100,00%

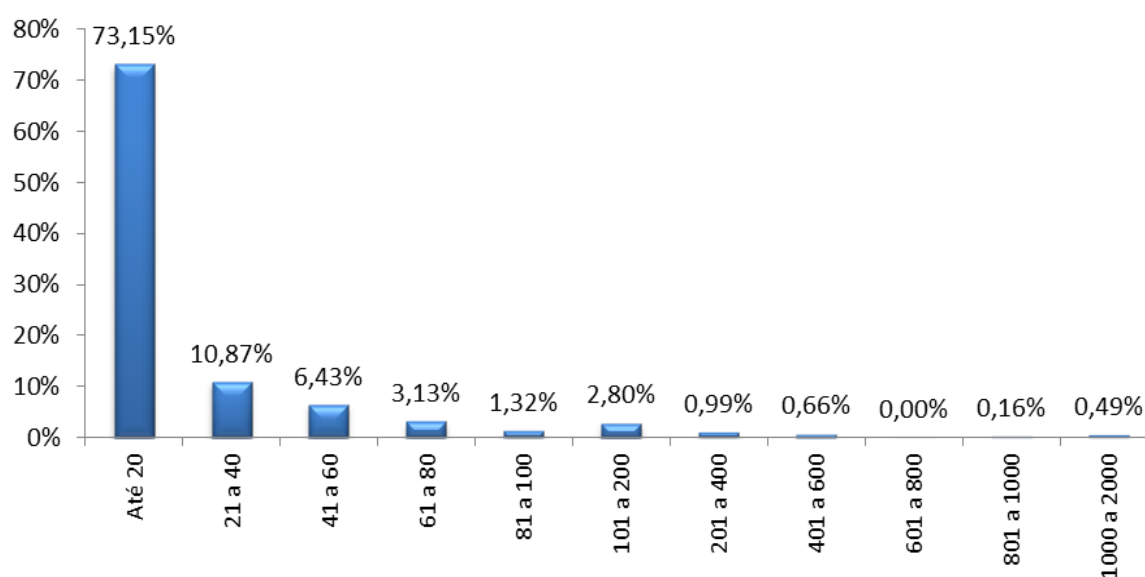
Fonte: Elaborado pelo autor.

Como se observa, na Tabela 7, a maioria dos participantes da pesquisa é composta por proprietário/sócio, 44,81% (272 respondentes) e por diretor administrativo, 19,77% (120 respondentes). Por meio deste resultado, podemos

inferir que o assunto pesquisado despertou o interesse e a adesão dos ocupantes de postos diretivos na administração das micro e pequenas empresas.

A identificação da quantidade de funcionários integrantes das empresas participantes foi o sexto item considerado no questionário de pesquisa (questão 1.6), conforme se observa no Gráfico 8.

Gráfico 8 - Número de funcionários

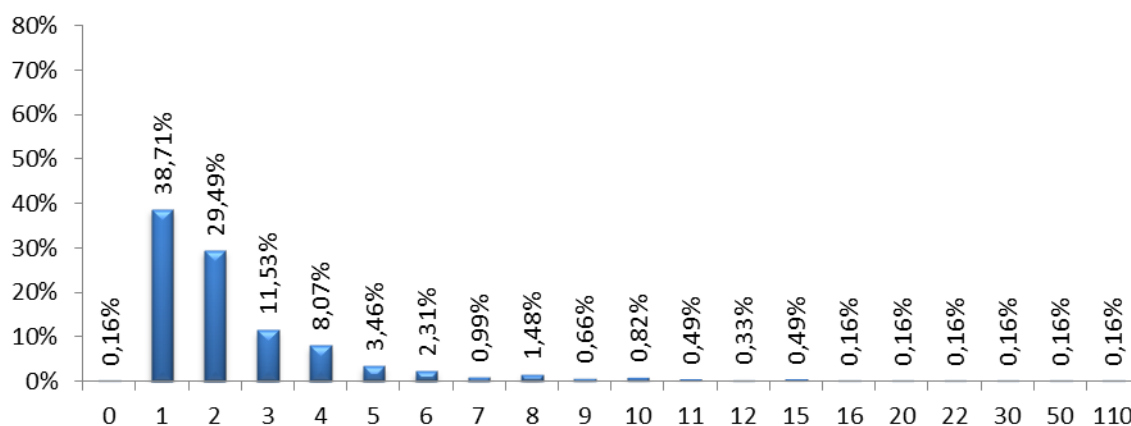


Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme analisado no item sobre o porte das empresas, houve o predomínio das micro e pequenas empresas entre as respondentes, fato que pode ser evidenciado também pelo quantitativo de funcionários dessas empresas.

O maior percentual de respondentes foi identificado em empresas com, no máximo, 20 funcionários, o que equivale a 73,15% (444 pessoas). Em seguida, destacaram-se as empresas com 21 a 40 funcionários, cerca de 10,87% dos respondentes (66 pessoas). As empresas na faixa de 41 a 60 funcionários representaram apenas 6,43% das respondentes (39 pessoas) e as com maiores quantitativos de funcionários apresentaram abaixo dos 3% entre os respondentes.

O item relativo ao número de estagiários da empresa (questão 1.7) encerra o bloco de questões incluídas na primeira parte do questionário de pesquisa. O detalhamento dos resultados aferidos é apresentado no Gráfico 9.

Gráfico 9 - Número de estagiários das empresas

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme se observa no Gráfico 9, 68,20% dos respondentes informaram que possuem um ou dois estagiários trabalhando na empresa. O percentual de empresas com um ou dois estagiários corresponde, respectivamente, a 38,71% (235 respondentes) e 29,49% (179 respondentes). Vale destacar que poucas empresas de grande porte informaram possuir entre 16 e 110 estagiários (0,16% dos respondentes). Em alguns casos, observamos uma grande quantidade de estagiários na mesma empresa, e isto se deve ao fato da referida empresa receber estagiários por um período de até 5 anos (2010-2014).

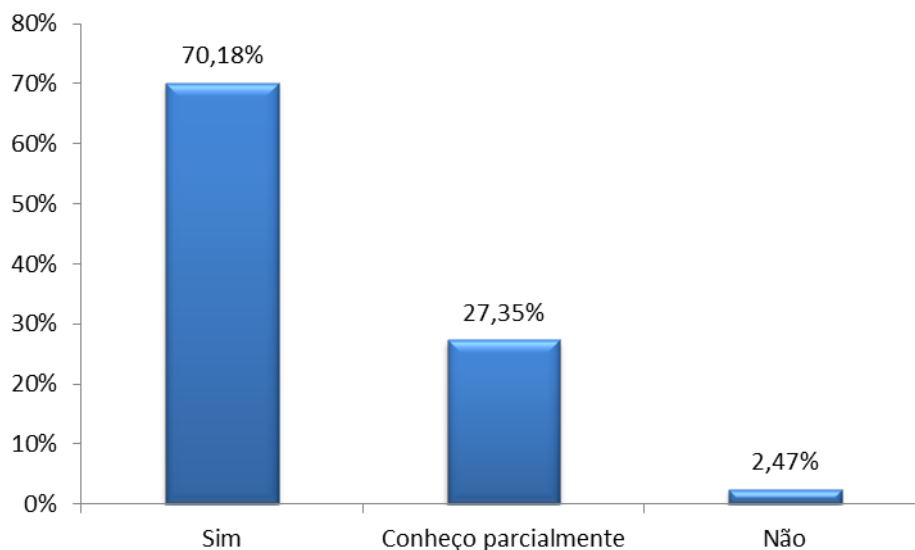
A segunda parte do questionário foi composta por seis questões relativas às percepções dos respondentes sobre o Programa de Educação Profissional e seus bolsistas.

A primeira pergunta procurou verificar o grau de conhecimento dos respondentes acerca do Programa de Educação Profissional (questão 2.1). Foi realizada a seguinte indagação: “Você conhece o Programa de Educação Profissional implantado nas Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará?” Os respondentes poderiam optar por uma entre três respostas possíveis: “sim”, “conheço parcialmente” e “não”.

Como é possível verificar no Gráfico 10, 70,18% dos respondentes (426 pessoas) declararam conhecer o Programa de Educação Profissional implantado nas Escolas de Educação Profissional do estado do Ceará. Uma parte significativa da amostra, todavia, afirmou conhecer parcialmente o programa, 27,35% (166

respondentes), enquanto somente 2,47% dos respondentes alegaram desconhecimento (15 pessoas).

Gráfico 10 - Conhecimento sobre o programa de educação profissional

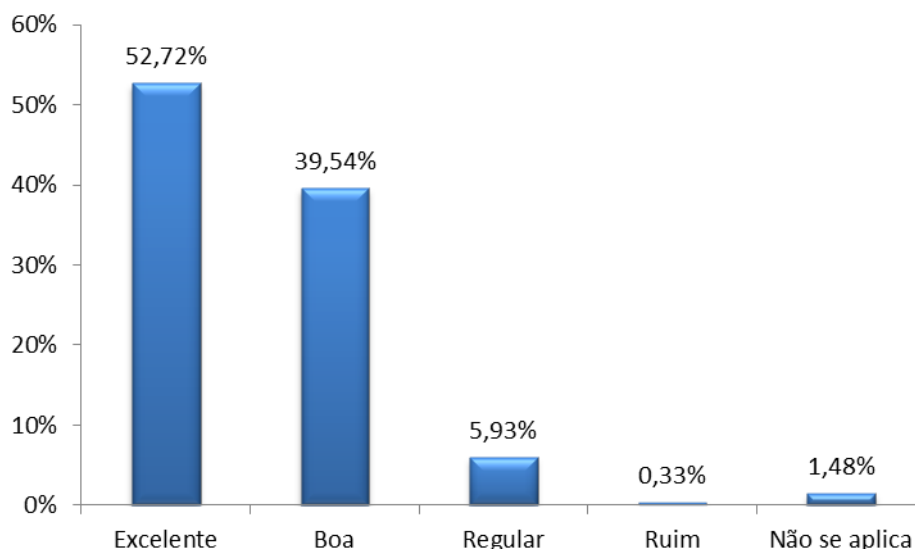


Fonte: Elaborado pelo autor

É importante destacar que o conhecimento do Programa de Educação Profissional implantando nas Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará constitui o primeiro passo para uma eventual parceria a ser realizada entre as empresas e o Governo do Estado. A existência de muitas empresas que conhecem parcialmente tal programa ou até desconhecem sua existência evidencia quanto é necessária uma intervenção nessa área.

A segunda pergunta teve por objetivo identificar a opinião dos respondentes acerca da Política de Educação Profissional no Estado do Ceará (questão 2.1). Foi apresentada a seguinte pergunta no questionário: “O que você acha da Política Educacional implantada nas Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará?” Os respondentes poderiam optar por uma entre as seguintes opções de resposta: “excelente”, “boa”, “regular”, “ruim” e “não se aplica”.

De acordo com os resultados apresentados no Gráfico 11, a maioria dos respondentes, 52,72% (320 pessoas), informou que acha a política educacional implantada nas Escolas Estaduais de Educação Profissional do Estado do Ceará excelente.

Gráfico 11 - Opinião sobre a política de educação profissional

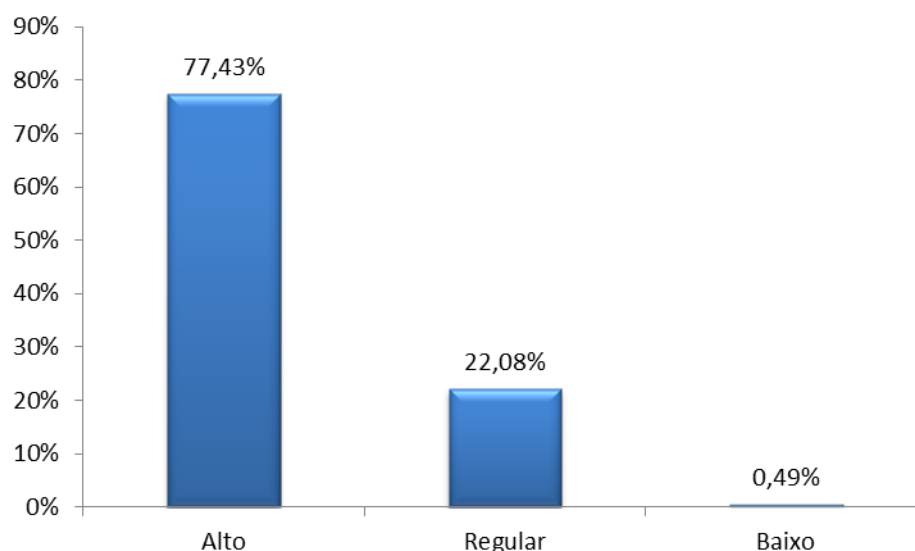
Fonte: Elaborado pelo autor.

Vale ainda ressaltar que, um percentual expressivo de respondentes, 39,54% (240 pessoas), considerou a referida política boa. Poucos respondentes consideraram esta política educacional regular e ruim, respectivamente, 5,93% (36 pessoas) e 0,33% (2 pessoas).

Com base nos dados apresentados, verificamos que o sucesso da Política de Educação Profissional é algo que pode e deve ser explorado pelos gestores educacionais do Estado do Ceará. Uma intervenção nesse campo poderia vir a trazer benefícios relacionados à potencialização da política.

O terceiro questionamento procurou mensurar o grau de satisfação da empresa em relação ao trabalho desenvolvido pelos estagiários (questão 3.1).

Foi apresentada a seguinte pergunta no instrumento de pesquisa: “Qual o grau de satisfação da sua empresa com o trabalho desenvolvido pelos estagiários oriundos das Escolas Estaduais de Educação Profissional?” Os respondentes poderiam optar por uma entre três respostas possíveis: “alto”, “regular” e “baixo”. O Gráfico 12, a seguir, retrata as respostas obtidas.

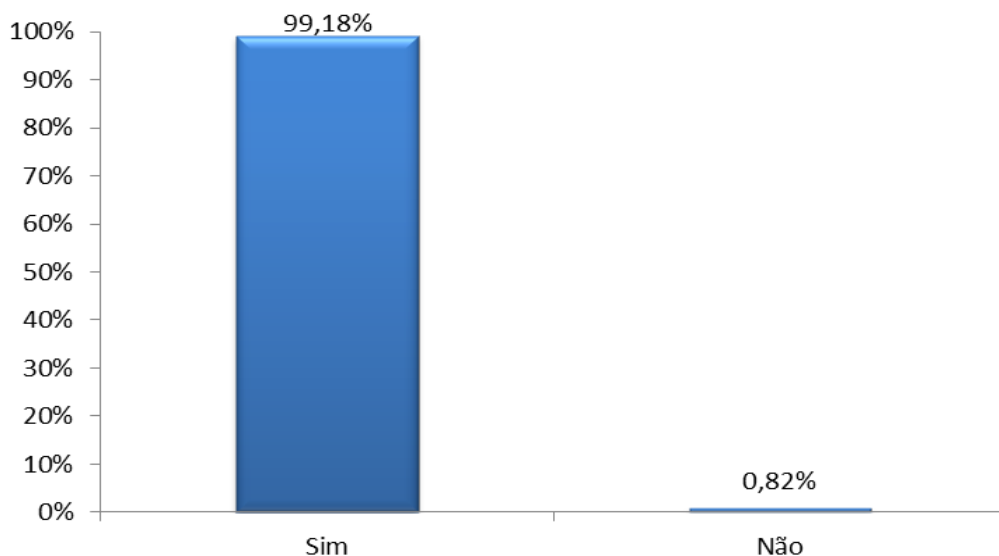
Gráfico 12 - Grau de satisfação da empresa com os estagiários

Fonte: Elaborado pelo autor.

O grau de satisfação dos respondentes com o trabalho desenvolvido pelos estagiários oriundos das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Estado do Ceará foi considerado alto por 470 respondentes, ou seja, 77,43%. 22,08% dos respondentes (134 pessoas) avaliaram o grau de satisfação da empresa com o trabalho dos estagiários como regular e 0,49% (3 pessoas) demonstrou insatisfação em relação a esse tipo de atividade.

Além de avaliarem a Política Educacional implantada nas Escolas Estaduais de Educação Profissional do Estado do Ceará, como excelente ou muito boa, os respondentes, de um modo geral, demonstraram um alto grau de satisfação com o trabalho desenvolvido pelos estagiários. Aqui, também é evidente a possibilidade de potencializar os resultados positivos encontrados por esta política.

A quarta pergunta teve por objetivo identificar se os respondentes recomendariam estagiários a outras empresas (questão 2.4). Foi apresentada a seguinte pergunta: “Você recomendaria o recebimento de estagiários oriundos das Escolas Estaduais de Educação Profissional a outras empresas?” Os respondentes poderiam optar por “sim” ou “não”. O Gráfico 13, a seguir, mostra os resultados.

Gráfico 13 - Recomendação de estagiários a outras empresas

Fonte: Elaborado pelo autor.

A maioria dos respondentes, 99,18% (602 pessoas), afirmou que recomendaria a outras empresas o recebimento de estagiários do programa de educação profissional das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Estado do Ceará. Somente poucos, ou seja, 0,92% dos respondentes (5 pessoas) responderam que não recomendariam o recebimento de estagiários.

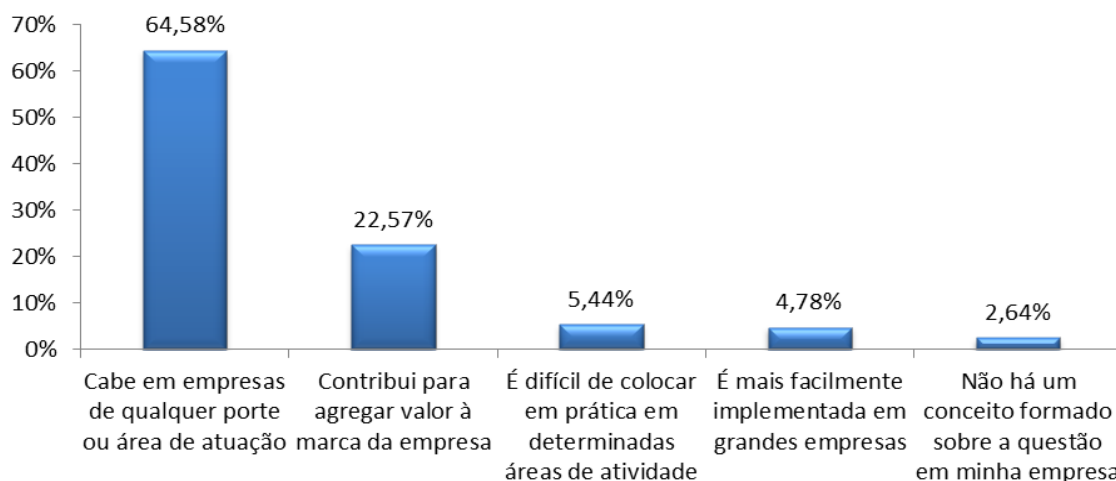
Em sintonia com a resposta oferecida aos itens anteriores, nos quais os respondentes avaliaram positivamente a Política Educacional implantada nas Escolas Estaduais de Educação Profissional do Estado do Ceará e demonstraram um alto grau de satisfação com o trabalho desenvolvido pelos estagiários, os resultados dessa questão evidenciam que quase a totalidade dos respondentes recomenda o recebimento de estagiários. Essa avaliação extremamente positiva da política abre espaço para uma intervenção no sentido de uma maior colaboração entre as empresas e o Governo do Estado.

A quinta pergunta procurou identificar a percepção da empresa sobre Responsabilidade Social (questão 2.5).

Foi feita a seguinte indagação: “Qual a percepção que sua empresa tem sobre Responsabilidade Social?”. Os respondentes poderiam optar por uma entre cinco respostas possíveis: “é difícil de colocar em prática em determinadas áreas de atividade”, “é mais facilmente implementada em grandes empresas”, “cabe em empresas de qualquer porte ou área de atuação”, “contribui para agregar valor à

marca da empresa”, como ilustra o Gráfico 14, e “não há um conceito formado sobre a questão em minha empresa”.

Gráfico 14 - Percepção da empresa sobre responsabilidade Social



Fonte: Elaborado pelo autor.

A maior parte dos respondentes acredita que a noção de responsabilidade social cabe em empresas de qualquer porte ou área de atuação (392 pessoas, correspondente a 64,58% dos respondentes), seguida daqueles que pensam que a Responsabilidade Social contribui para agregar valor à marca da empresa (137 pessoas, correspondente a 22,57%).

Um número menor dos respondentes afirma que é difícil colocar a Responsabilidade Social em prática em determinadas áreas de atividade (33 pessoas, correspondente a 5,44% dos respondentes) ou que esta questão é mais facilmente implementada em grandes empresas (29 pessoas, cerca de 4,78% dos respondentes). Alguns poucos respondentes dizem que não há um conceito formado sobre a questão em sua empresa (16 pessoas, aproximadamente 2,64% dos entrevistados).

A temática da Responsabilidade Social vem ganhando cada vez mais espaço na sociedade contemporânea e, como visto pelas respostas coletadas nesta pesquisa, os respondentes acreditam que ela é pertinente a empresas de qualquer porte e área de atuação. Assim, existe um campo para maior parceria entre as empresas e o governo, com benefícios para ambos os setores. O fato de que alguns

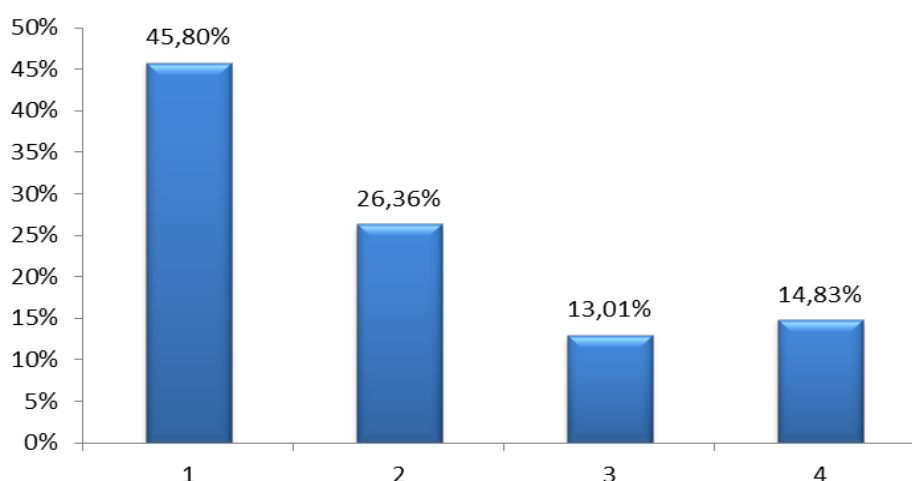
possuem a percepção de que participar de iniciativas no âmbito de práticas de Responsabilidade Social agrega valor à marca da empresa também é um elemento que pode ser explorado em futuras parcerias.

A última pergunta referia-se à motivação para o recebimento de estagiários (questão 2.6): “Qual a principal motivação para a sua empresa receber estagiários das Escolas Profissionais?”.

Os respondentes tiveram oito opções de respostas, a saber: “a possibilidade de contratar estagiários para integrar o quadro permanente”, “contribuir para a formação de bons técnicos para o mercado de trabalho cearense”, “suprir uma carência de funcionários da empresa”, “atendimento às determinações legais”, “o acompanhamento do desempenho do estagiário pelas instituições”, “a credibilidade da instituição e qualidade da formação oferecida ao estagiário”, “a possibilidade de transmitir ao estagiário os valores da empresa visando à formação de banco de talentos”, “outro (especifique)”. Tais respostas tinham que ser numeradas por ordem de prioridade de 1 a 4, sendo 1 para a maior prioridade e 4 para a menor.

No Gráfico 15, a seguir, percebemos uma grande motivação por parte das empresas de efetivar os estagiários, após o período de estágio supervisionado.

Gráfico 15 - Motivações: possibilidade de integrar o quadro permanente

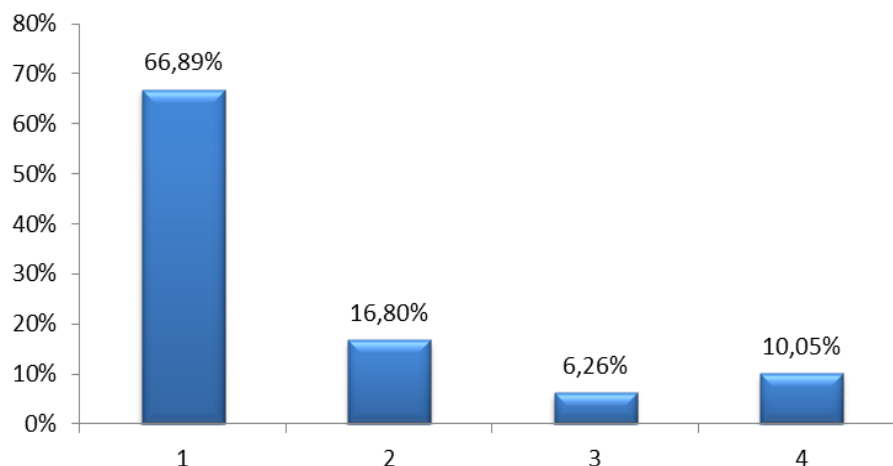


Fonte: Elaborado pelo autor.

A possibilidade de contratar estagiários para integrar o quadro permanente da empresa teve uma avaliação de alta prioridade, sendo identificado por grande parte dos respondentes como 1 (278 pessoas, correspondente a 45,80% dos respondentes) ou 2 (160 pessoas, correspondente a 26,36% dos respondentes).

Na ordem de prioridade, temos em seguida o Gráfico 16, que está estritamente ligado à temática da responsabilidade social.

Gráfico 16 - Motivações: contribuir para a formação de bons técnicos

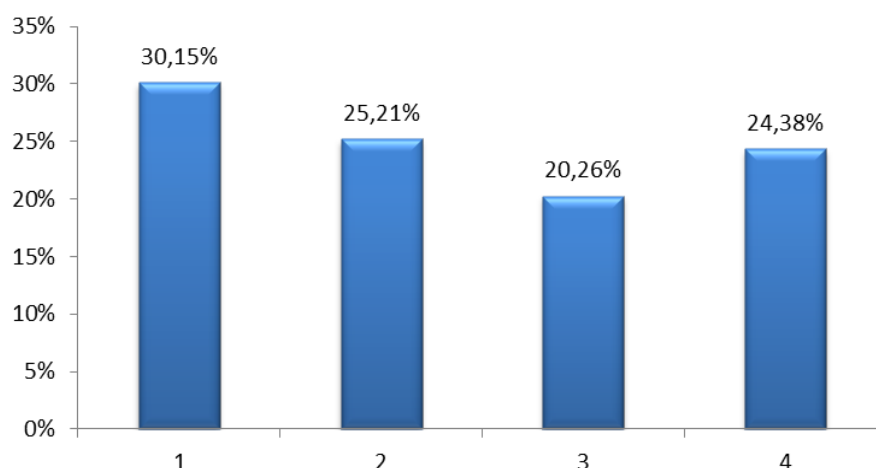


Fonte: Elaborado pelo autor.

Contribuir para a formação de bons técnicos para o mercado de trabalho cearense também foi um item que teve a prioridade 1 apontada pela maioria dos respondentes (406 pessoas, correspondente a 66,89% dos respondentes).

A terceira motivação está visualizada no Gráfico 17.

Gráfico 17 - Motivações: suprimir carência de funcionários da empresa



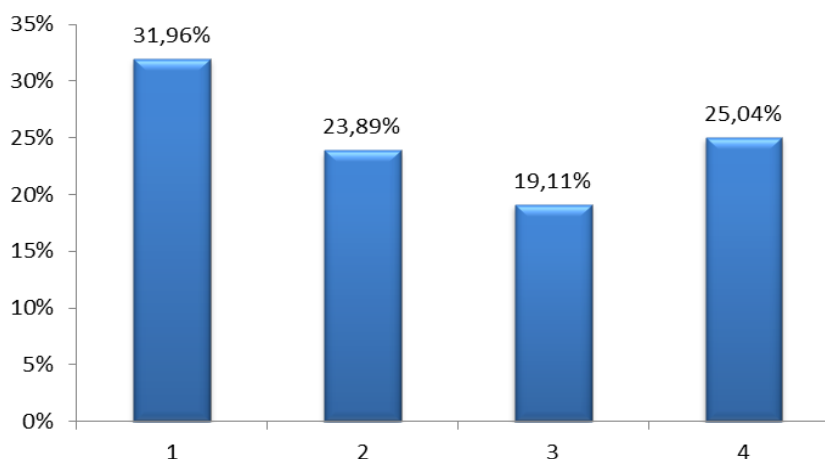
Fonte: Elaborado pelo autor.

Já a opção de suprir uma carência de funcionários da empresa teve pontuações semelhantes apontadas para cada um dos itens: em primeiro lugar veio a prioridade número 1 (183 pessoas, correspondente a 30,15% dos respondentes),

seguida da 2 (153 pessoas, correspondente a 25,21% dos respondentes), 4 (148 pessoas, correspondente a 24,38% dos respondentes) e 3 (123 pessoas, correspondente a 29,26% dos respondentes).

No Gráfico 18, procuramos fazer uma conexão entre a oferta do estágio pelas empresas em detrimento dos marcos legais que regulamentam tais práticas.

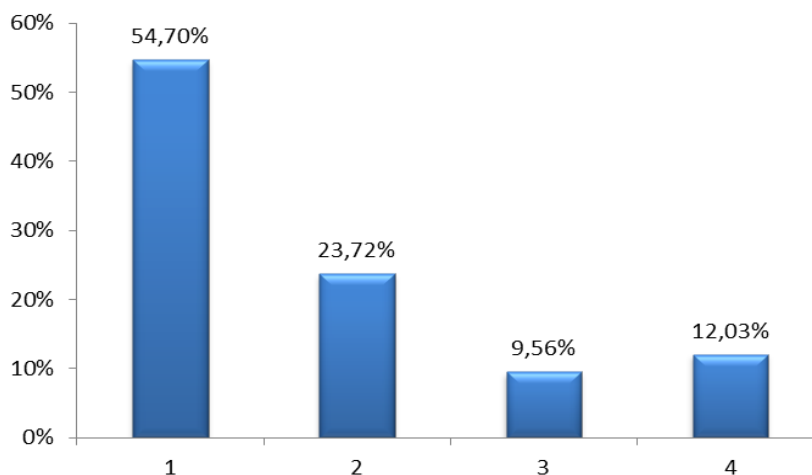
Gráfico 18 - Motivações: atendimento às determinações legais



Fonte: Elaborado pelo autor.

O atendimento às determinações legais é outro aspecto que teve uma distribuição de respostas bastante semelhante: apontaram o item 1, em primeiro lugar (194 pessoas, correspondente a 31,96% dos respondentes), seguindo do item 4 (152 pessoas, correspondente a 25,04% dos respondentes), 2 (145 pessoas, correspondente a 23,89% dos respondentes) e 3 (116 pessoas, correspondente a 19,11% dos respondentes).

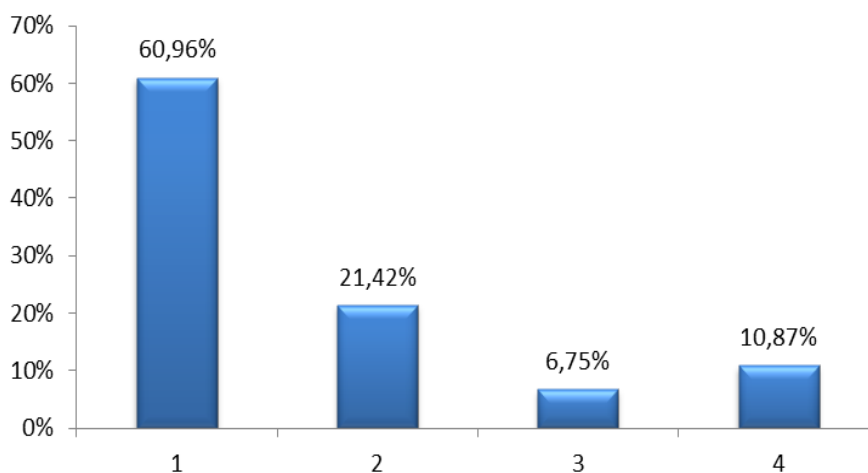
As EEEPs têm no seu quadro gerencial um coordenador de estágio profissional, entretanto, um dos aspectos fundamentais para o efetivo aprendizado no estágio diz respeito à forma como a empresa acompanha esses estagiários na busca de aprimorar seus conhecimentos técnicos. É de se esperar que as empresas concedentes de estágio possuam uma estrutura mínima para o acompanhamento desses alunos. A ausência dessa motivação compromete o efetivo cumprimento do estágio como componente curricular obrigatório. Esses dados estão no Gráfico 19 a seguir.

Gráfico 19 - Motivações: acompanhamento dos estagiários pelas instituições

Fonte: Elaborado pelo autor.

A motivação de acompanhamento do desempenho dos estagiários pelas instituições também obteve, em sua maioria, uma prioridade alta. A prioridade 1 destacou-se dentre as demais (332 pessoas, correspondente a 54,70% dos respondentes), sendo seguida pela prioridade 2 (144 pessoas, correspondente a 23,72% dos respondentes), 4 (73 pessoas, correspondente a 12,03% dos respondentes) e 3 (58 pessoas, correspondente a 9,53% dos respondentes).

No Gráfico 20, a seguir, observamos qual a política de recursos humanos que a empresa possui em relação à qualidade de formação dos estagiários, conferindo uma credibilidade para essa instituição.

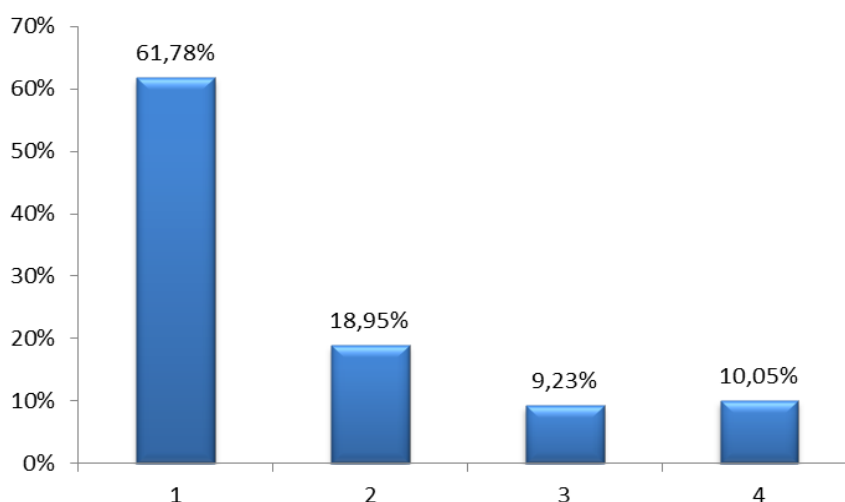
Gráfico 20 - Motivações: a credibilidade da instituição e qualidade da formação

Fonte: Elaborado pelo autor.

A credibilidade da instituição e a qualidade da formação oferecida ao estagiário foi um item cuja maior parte dos respondentes atribuiu prioridade alta. O número 1 foi apontado em primeiro lugar (370 pessoas, correspondente a 60,96% dos respondentes), seguido do 2 (130 pessoas, correspondente a 21,42% dos respondentes), do 4 (66 pessoas, correspondente a 10,87% dos respondentes) e do 3 (41 pessoas, correspondente a 6,75% dos respondentes).

O Gráfico 21, a seguir, faz uma contextualização com os valores organizacionais da empresa, um dos aspectos importante nas diretrizes estratégicas das empresas é a perpetuação desses valores para os funcionários.

Gráfico 21 - Motivações: possibilidade de transmitir os valores da empresa



Fonte: Elaborado pelo autor.

A motivação relacionada à possibilidade de transmitir aos estagiários os valores da empresa, visando à formação de banco de talentos, também foi um item claramente priorizado pelos respondentes. A maior parte deles priorizou este item como 1 (375 pessoas, correspondente a 61,78% dos respondentes), seguido do item 2 (115 pessoas, correspondente a 18,95% dos respondentes), 4 (61 pessoas, correspondente a 10,05% dos respondentes) e 3 (56 pessoas, correspondente a 9,23% dos respondentes).

2.5 Principais constatações

Sobre o perfil dos respondentes, é possível afirmar que:

- Os respondentes estão distribuídos por 56 municípios do Estado do Ceará, sendo Sobral e Fortaleza as duas cidades que alcançaram mais de 5% de participação.
- Grande parte dos respondentes é de empresas do setor de serviços (50,58%), seguida do setor de indústria e do setor de comércio.
- Os respondentes estão em diversas áreas de atividade, com destaque para a área de gestão de negócios (29,49%), seguidos da área de informação e comunicação e de controle de processos industriais.
- A maioria dos respondentes está em empresas de micro/pequeno porte, o que é reiterado pelo fato de a maioria das empresas possuir até 20 funcionários (73,15%) e 1 ou 2 estagiários (38,71% e 29,49%, respectivamente).
- Importante destacar que a maioria dos respondentes é composta por proprietário/sócio (44,81%) e diretor administrativo (19,77%), mostrando que a alta gestão das empresas se envolveu pessoalmente na participação desta pesquisa.

Sobre as constatações especificamente relacionadas às questões da pesquisa:

- A maioria dos respondentes conhece a política de educação profissional implantada nas Escolas Estaduais de Educação Profissional do Estado do Ceará (70,18%).
- A maioria considera a referida política educacional excelente (52,72%).
- É alto o grau de satisfação dos respondentes com o trabalho desempenhado pelos estagiários (77,43%).
- A quase totalidade dos respondentes recomendaria o recebimento de estagiários do programa em questão (99,18%).
- A percepção majoritária entre as respostas é a de que a questão da Responsabilidade Social cabe em empresas de qualquer porte ou área de atuação (64,58%).
- Em relação à motivação das empresas dos respondentes para receber estagiários, foram identificadas como de alto nível de prioridade as seguintes opções: a possibilidade de contratar estagiários para o quadro permanente (45,80% dos respondentes atribuíram a prioridade 1); contribuir para a formação de bons técnicos para o mercado cearense (66,89% dos respondentes atribuíram a prioridade 1); o acompanhamento do desempenho dos estagiários (54,70% dos

respondentes atribuíram a prioridade 1); a credibilidade da instituição e a qualidade da formação oferecida aos estagiários (60,96% dos respondentes atribuíram a prioridade 1); e, a possibilidade de transmitir aos estagiários os valores da empresa visando à formação de banco de talento (61,78% dos respondentes atribuíram a prioridade 1). Tiveram uma distribuição mais homogênea entre os 4 itens as seguintes opções: suprir carência de funcionários da empresa e o atendimento às determinações legais.

Em linhas gerais, é possível afirmar que os respondentes possuem um perfil bastante diverso, porém com opiniões bastante semelhantes em relação à temática investigada. Dessa forma, a análise das seis questões relacionadas à temática da pesquisa foi realizada tanto por setor econômico quanto por área de atividade, porém não foram identificadas diferenças consideráveis no perfil de resposta dos respondentes.

Os resultados da pesquisa atestam a real possibilidade de apresentação de um plano de trabalho relacionado a parcerias entre Empresas e o Governo do Estado, no âmbito da noção de Responsabilidade Social. Esta inter-relação pesquisa e plano de ação estão sintetizados no APÊNDICE E.

3 PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL PARA AS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADAS À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A pesquisa realizada contemplou a trajetória histórica e política da Educação Profissional no Brasil, considerando, desde o período colonial até o momento político atual, no qual o MEC protagoniza ações em parcerias com os entes federados, no sentido de fortalecer o Ensino Técnico, como, por exemplo, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

Nesse sentido, foi necessário um aprofundamento no estudo sobre a Política de Educação Profissional específica do Estado do Ceará, considerando o contexto político estadual e nacional, partindo desde sua gênese, o desenvolvimento e contemplando também os desafios que norteiam essa política de formação técnica de nível médio.

Buscamos também fontes de dados sobre o financiamento público destinado a apoiar as ações de formação técnica de nível médio e identificar os entraves e as limitações das ações financeiras que são considerados o sustentáculo da política.

A pesquisa teve como foco conhecer a visão do mercado/empresa, que recebe estagiários e futuros profissionais, acerca da importância da política de formação técnica oferecida pelo Governo do Ceará com o intuito de fortalecer e potencializar ações voltadas para o desenvolvimento socioeconômico, bem como para identificar o nível de satisfação com o recebimento dos estagiários em sua organização (empresa).

A intenção com este estudo foi promover uma reflexão com as empresas concedentes do estágio sobre a importância da formação técnica de nível médio, em que o governo estadual proporciona ao mercado uma qualificação técnica adequada às necessidades deste, gerando, desse modo, benefícios tanto para a formação pessoal dos alunos quanto para o seu desenvolvimento técnico, com a formação por eixo econômico e, por outro lado, contribuindo para o desenvolvimento social, com a redução da pobreza, e econômico, com a melhoria das condições de renda.

Diante disso, o presente Plano de Ação foi elaborado com a perspectiva de propor cooperação técnica entre o governo cearense e as empresas concedentes de estágio, ou seja, empresas que recebem os alunos/estagiários das Escolas Públicas

de Educação Profissional, visando implementar ações voltadas à Responsabilidade Social.

Portanto, o resultado desta pesquisa culmina com o Plano de Ação, contendo algumas intervenções viáveis e possíveis, na visão teórica e prática, para melhorar a relação e a parceria das organizações privadas com o setor público, no intuito de aperfeiçoar a qualificação técnica dos alunos das Escolas de Educação Profissional em campo de estágio. A seguir, serão apresentadas as propostas de ação e as atividades, conforme as intervenções.

A Intervenção 1 vem com o propósito de divulgar a política de Educação Profissional para o Estado, elemento apresentado como frágil na pesquisa de campo, através das entrevistas realizadas. Portanto, a intenção é dar publicidade a política de formação de nível médio adotada pelo Estado, bem como monitorar as ações dessa política, avaliando os aspectos positivos e limitações, fundamentando a alta gerência a tomar decisões.

INTERVENÇÃO 1: Elaboração e implementação de plano de divulgação da Política de Educação Profissional do Ceará (Quadro 2).

Quadro 2 - Ações e estratégias da intervenção 1

AÇÕES	ESTRATÉGIAS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Apresentar resultado da pesquisa para as empresas.	SEDUC/CREDE/ESCOLA - Realizar oficina com gestores das Escolas de Educação Profissional. - Refletir os resultados da pesquisa com os gestores.	COEDP	Fev. /16
Identificar as fragilidades e potencialidades da Política das EEEPs.	SEDUC/CREDE/ESCOLA - Definir as potencialidade e limitações da Educação Profissional no Ceará. - Formular documento com as principais potencialidades da Política. - Criar grupos de trabalhos para amenizar as fragilidades da política de formação.	COEDP	Fev./16
Divulgar documento com a essência da política: limitações e potencialidades.	SEDUC -Divulgar o documento para diversos públicos: sindicatos patronais, classe política, Secretários de Estado, empresários, chefe de área de estágio, coordenadores de estágio, sociedade em geral.	COEDP/Área de comunicação SEDUC	Mar./16
Potencializar a proposta de formação técnica das EEEPs com divulgação em mídias.	SEDUC/CREDE/ESCOLA -Definir os instrumentos de comunicação (TV, rádio, jornal, sites, fanpage, panfletos, cartazes...). - Elaborar plano de divulgação enfatizando as formas e o conteúdo de divulgação. SEDUC -Realizar licitação para Contratar empresa de publicidade.	COEDP/CREDE/ESCOLA	Mai./16
Criar grupo de trabalho visando a melhorar as relações com as empresas para instituir colaboração privada-público.	SEDUC -Reunir sistematicamente com as organizações: FIEC, CDL, ONG, sindicatos. - Elaborar pauta de compromissos intersetoriais com outras secretarias do governo. - Articular ações intersetoriais focadas na garantia do estágio dos alunos das EEEPs.	COEDP/SDE/ADEC E	Jun./16
	SEDUC/CREDE/ESCOLA -Realizar reuniões sistemáticas com os sindicatos patronais. - Reunir organizações Empresariais e lideranças econômicas para divulgar o material publicitário produzido.	Secretário da Educação e do Desenvolvimento Econômico.	
Divulgar, nas empresas concedentes de estágio, material publicitário com a política das EEEPs no Estado.	SEDUC - Realizar reuniões sistemáticas com as empresas concedentes de estágio para disseminar a política das EEEPs. CREDE/ESCOLA - Distribuir material impresso com os cursos ofertados, por região e município.	COEDP/CREDE/Dir etores /coordenadores de estágio.	Jun./16
Implantar o Sistema de monitoramento de alunos egressos.	SEDUC -Implementar o sistema informatizado para monitorar os egressos no mercado de trabalho.	ASTIN/COEDP	Mai./16
Monitorar sistematicamente os indicadores de: empregabilidade, demanda reprimida; renda; demanda saturada; mapear vagas; mapear necessidades do mercado socioeconômico.	SEDUC - Apresentar e analisar os indicadores oriundos do Sistema Egressos com: • Gestores • As organizações empresariais, tais como: FIEC e CDL. • Os sindicatos. • Órgão do governo ligados ao desenvolvimento socioeconômico.	SEDUC/COEDP/SD E/ADECE	Jun/16

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na intervenção 2, apresentamos a proposta de elaborar e implementar ações para melhorar a captação de estágios e a colaboração de parceiros da iniciativa privada, para garantir a sustentabilidade da política de formação e qualificação técnica de nível médio.

INTERVENÇÃO 2: Elaboração e implementação de plano para captação de parceiros concedentes de campo de estágio (Quadro 3).

Quadro 3 - Ações e estratégias da intervenção 2

AÇÕES	ESTRATÉGIAS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Identificar os custos com alunos em campo de estágio.	SEDUC - Organizar e sistematizar os custos de aluno em campo de estágio. - Definir os custos diretos e indiretos. - Apresentar as principais dificuldades de execução financeira.	COEDP/COADM/ COPED	Fev./16
	SEDUC - Consolidar os custos do estágio, por curso, região e município. - Organizar os custos, considerando os indicadores do sistema de custo e o orçamento do estado.	COEDP/COADM/ COPED	Abr./16
Estabelecer parcerias para o estágio dos alunos das EEEPs.	SEDUC Planejar com a SDE e ADECE ações para potencializar a ampliação do campo de estágio. SEDUC/CREDE/ESCOLA - Reunir com as organizações empresariais e montar estratégias de ação para viabilizar e potencializar o campo de estágio. - Sensibilizar as empresas/mercado para instituir parcerias de cooperação técnica e financeira com o Estado.	COEDP/COADM/ COPED SDE/ADECE/SEDUC/ COEDP	Jun/16
	SEDUC/CREDE/ESCOLA - Criar grupo de trabalho, por regionais(CREDE) para captar estágio, acompanhar, monitorar e avaliar a execução do estágio obrigatório.		Jul./16

Fonte: Elaborado pelo autor.

A intervenção 3 tem como sugestão a construção de uma proposta metodológica de implantação e implementação de um “Selo de Responsabilidade Social” aferido às empresas que colaborarem e forem parceiras, de forma efetiva e sustentável, na garantia do estágio dos alunos das Escolas de Educação Profissional. Dessa forma, consolidando essa ação com a elaboração de uma minuta de Lei de criação do Selo de Responsabilidade Social (APÊNDICE A).

O Selo de Responsabilidade Social é um estímulo para que o mercado de trabalho empreenda esforços na oferta de vagas e apoio aos alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará, durante o estágio curricular obrigatório.

O referido “Selo de Responsabilidade Social” será utilizado pelas empresas concedentes do estágio curricular obrigatório, para os alunos Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará, que cumprirem as exigências definidas anualmente, através de Portaria emitida pela Secretaria de Educação do Ceará.

As empresas selecionadas receberão um diploma e o direito de utilizar o Selo de Responsabilidade Social em seus produtos, serviços, notas fiscais, materiais de divulgação, campanhas publicitárias, dentre outros. O Selo será gratuito e exclusivo para as empresas concedentes de estágio.

O “Selo de Responsabilidade Social” (APÊNDICE D) será considerado um reconhecimento às empresas colaboradoras e terá validade de 1 (um) ano, podendo ser renovado com a participação da empresa em novas parcerias de concessão de estágio. Segue a proposta de intervenção 3:

INTERVENÇÃO 3: Proposta de minuta de Lei para criação do Selo de Responsabilidade Social (Quadro 4).

Quadro 4 - Ações e estratégias da intervenção 3

AÇÕES	ESTRATÉGIAS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Implantar a política de emissão do “Selo de Responsabilidade Social” para as empresas concedentes de estágios aos alunos das EEEPs no Estado do Ceará.	a) Estruturar a política de emissão de um “Selo de Responsabilidade Social” para as empresas parceiras que colaborarem de forma efetiva para fortalecer e garantir o estágio dos alunos das EEEPs através de um plano de trabalho. b) Elaborar proposta de minuta do “Selo de Responsabilidade Social”. c) Apresentar e defender a proposta do Selo de Responsabilidade Social com o governo(ador) do Estado. d) Encaminhar à Assembleia Legislativa para aprovação – Lei do Selo de Incentivo à Responsabilidade social. e) Criar grupo de trabalho para disseminar e monitorar a política do Selo. f) Avaliar os resultados de cooperação financeira a partir da implantação do Selo de Responsabilidade Social.	SEDUC/SEXEC /COEDP	Set./16

Fonte: Elaborado pelo autor.

A intervenção 4 tem o objetivo de propor a criação de um grupo de trabalho intersetorial envolvendo as secretarias de educação, fazenda, planejamento e desenvolvimento econômico para realizarem estudos sobre a concessão de benefícios fiscais às empresas concedentes de estágio .

O presente trabalho apresenta como apêndice D uma minuta da referida portaria.

INTERVENÇÃO 4: Proposta de criação de um grupo de trabalho para estudar benefícios fiscais para empresas concedentes do estágio (Quadro 5).

Quadro 5 - Ações e estratégias da intervenção 4

AÇÕES	ESTRATÉGIAS	RESPONSÁVEL	PRAZO
Criar um grupo de trabalho para realizar estudos e apresentar propostas de concessão de benefícios fiscais à empresas concedentes do estágio.	a) Definir as secretarias estaduais participantes do grupo de trabalho com os respectivos representantes. b) Elaborar escopo do trabalho com os respectivos prazos. c) Publicar portaria do grupo de trabalho. d) Elaborar uma proposta de minuta de lei e enviar para apreciação do Governador. e) Encaminhar à assembleia legislativa para aprovação.	SEDUC/SEXEC /COEDP	Nov./16

Fonte: Elaborado pelo autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No referido estudo, fica nítido que as empresas não estão apenas preocupadas em cumprir exigências legais, pois atestam que a principal motivação para receber estagiários é contribuir para a formação dos jovens e para a competitividade do mercado cearense. Além disso, 66,89% das empresas afirma que a maior motivação para aderir ao programa de estágios é a possibilidade de contribuir com a formação de bons técnicos para o mercado de trabalho. Logo, constatamos uma iniciativa voltada à Responsabilidade Social.

No que diz respeito à pergunta que indaga de forma mais direta sobre a pertinência da temática da Responsabilidade Social na Educação Profissional no Estado do Ceará, podemos contatar que este referencial é tido como pertinente a toda e qualquer empresa, independente do porte (64%). Esse dado é bastante relevante, haja vista que, a maioria das empresas concedentes, é de médio e pequeno porte (91,26%).

Ratificando esta potencialidade de inserção da temática da Responsabilidade Social, nesse contexto, observamos que, há adesão ao tema, visto que independentemente do porte, 22% das empresas responderam que este tema agrega valor à empresa. Assim, a proposta desse estudo foi criar um Selo de Responsabilidade Social como incentivo às empresas que já oferecem o estágio e acreditam na possibilidade de estabelecer essa parceria e, ao mesmo tempo, atrair as demais que ainda não fazem parte desse grupo. Isto nos faz perceber a necessidade de um símbolo que celebre esse compromisso junto à empresa, dando a esta um reconhecimento da imagem destacada. Para nós, a criação do Selo “Responsabilidade Social com a Formação Educacional da Juventude Cearense” é uma forma de fortalecer essa parceria através do reconhecimento da ação social que essas empresas irão desempenhar na sociedade.

Nós vislumbramos, na pesquisa, um universo de 87,15% de empresas que acreditam que a inserção da Responsabilidade Social é algo que supera o porte (grande, médio, micro/pequeno) da instituição e/ou sua área de atuação, pois elas também acreditam que essa ação pode agregar valor à sua própria marca empresarial.

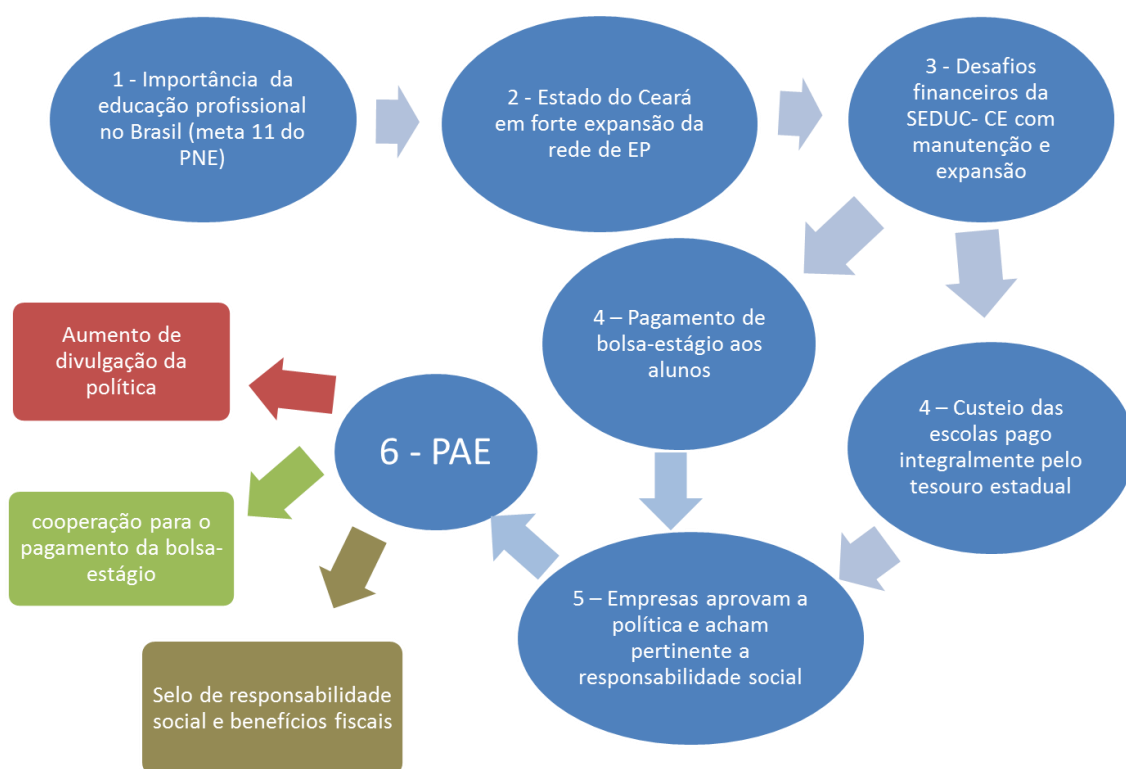
O referido Selo tem categorias no que concerne às formas de cooperação, que podem ser: o pagamento integral ou parcial da bolsa-estágio, passando por

possibilidades de financiamento dos equipamentos de proteção individual, ajuda de custo para deslocamento dos alunos até o campo de estágio ou colaboração técnica para definição e reformulação de matrizes curriculares. Vale ressaltar que a SEDUC, atualmente, contrata consultores para desempenhar esta tarefa. Essas possibilidades de cooperação financeira estão dispostas na minuta de lei que cria o Selo e define categorias (diamante, ouro e prata), conforme segue no anexo deste trabalho.

Pela análise das entrevistas, fica claro que há espaço para a apresentação de um plano de trabalho relacionado a parcerias entre empresas e o governo do Estado, no âmbito da noção de Responsabilidade Social.

A figura apresentada abaixo faz uma síntese do percurso desenvolvido na referida pesquisa.

Figura 2 - Síntese gráfica do trabalho



Em suma, o estudo acaba por buscar colaborar com o cumprimento da meta 11 do PNE, ao mesmo tempo em que busca corrigir alguns equívocos, tais como: a aplicação de verbas públicas para a ampliação da oferta nas instituições privadas. A Educação Profissional vinculada ao Ensino Médio é mais do que um espaço de

formação de mão de obra, ela forma indivíduos políticos, sociais, autônomos e críticos. Desse modo, acreditamos que a escola pública é a única capaz de se preocupar com essas dimensões.

Compreendemos que outros estudos como este serão necessários, ao longo dos próximos dez anos, e esperamos que muitos tragam propostas capazes de tornar possíveis as demais metas.

Esperamos que os resultados deste estudo sejam úteis para auxiliar a definição de prioridades educacionais no Estado do Ceará, uma vez que, revelaram informações importantes acerca do setor empresarial, entendemos que essas empresas, junto com o Estado e a sociedade poderão vir a integrar o processo de gestão dos estágios, responsabilizando-se pelo alcance de metas e pela melhoria da qualidade da Educação Profissional.

REFERÊNCIAS

BOFF, L.. **Saber cuidar, ética do humano, compaixão pela terra**. 10ª edição, Ed. Vozes, Petrópolis, 2003.

BRASIL. **Brasil 1994-2002: a era do Real**. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/64948595349.FNDE/Downloads/Brasil%201994-2002%20-%20A%20era%20do%20real%20-%202002%20-%20parte%201.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Brasil profissionalizado (apresentação)** [on line]. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index2.php?option=com_content&view=article&id=12325&Itemid=663>. Acesso em: 16 jan. 2015.

_____. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 27 jun. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego** [on line]. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/institucional/objetivos-e-iniciativas>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

_____. Lei Nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. **Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e no 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm>. Acesso em: 13 mai. 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Centenário da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica. Histórico**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2015.

_____. Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41,**

de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 de setembro de 2008.

_____. Ministério da Educação. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. **Documento Base.** 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2015.

_____. Lei Nº 11.494, de 20 de junho de 2007. **Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei n. 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.** Brasília, DF, 2007. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/fundeb/lei_11494_20062007.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2014.

_____. Decreto Nº 6.094, de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.** Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm>. Acesso em: 27 jun. 2014.

_____. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

_____. Medida provisória Nº 339, de 28 de dezembro de 2006. **Regulamenta o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.** Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Fundebef/fundeb_mp.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2015.

_____. Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.** Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm>. Acesso em: 15 jun. 2014.

_____. Decreto Nº 2.208, de 17 de abril de 1997. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 15 jun. 2014.

_____. Lei Nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do**

Magistério. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9424.htm>. Acesso em: 17 dez. 2014.

_____. Lei Nº 9394, 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2014.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Plano Decenal de Educação para Todos.** Brasília, 1994.

_____. Lei Nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994. **Dispõe sobre a instituição do sistema nacional de educação tecnológica e dá outras providências.** Brasília, DF, 1994. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%208.948-1994?OpenDocument>. Acesso em: 24 abr. 2014.

_____. Lei Nº 6.545, de 30 de junho de 1978. **Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.** Brasília, DF, 1978. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6545.htm>. Acesso em: 30 mai. 2014.

_____. Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Brasília, DF, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 15 mar. 2015.

_____. Decreto-lei Nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. **Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial.** Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 04 abr 2015.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em: 24 out. 2014.

_____. Lei Nº 378, de 13 de janeiro de 1937. **Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.** Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-norma-pl.html>>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. Decreto Nº 13.064, de 12 de Junho de 1918. **Dá novo regulamento às Escolas de Aprendizes Artífices.** Rio de Janeiro, 1918. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13064-12-junho-1918-499074-norma-pe.html>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

_____. Lei Nº 3.454, de 6 de janeiro de 1918. **Fixa a Despesa Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1918.** Rio de

Janeiro. 1918. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3454-6-janeiro-1918-571960-publicacaooriginal-95095-pl.html>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. Decreto Nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854. **Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte.** Rio de Janeiro. 1854 Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>>. Acesso em: 20 set. 2015.

BORGER, F. G. **Responsabilidade Social: Efeitos da Atuação Social na Dinâmica Empresarial.** 254f. Tese(Doutorado em Administração). Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, Departamento de Administração. São Paulo: USP, 2001

_____. Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade para a gestão empresarial [artigo online]. Notícias. **Instituto Ethos**, 13 de junho de 2013. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/cedoc/responsabilidade-social-empresarial-e-sustentabilidade-para-a-gestao-empresarial/#.VYLT3_IViko>. Acesso em: 17 jun. 2015.

CEARÁ. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Educação Profissional: Conheça o trabalho, a estrutura e os resultados das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará.** [on line]. Fortaleza, CE, 2015. Disponível em: <http://www.educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=featured&Itemid=101>. Acesso em: 28 abr. 2015.

_____. **Ceará em números** [on line]. Fortaleza, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/ceara-em-numeros>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

_____. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Pensamento estratégico** [on line]. Fortaleza, CE, 2014. Disponível em: <<http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/institucional/identidade-organizacional/pensamentoestrategico>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

_____. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Referenciais para as EEEP'S.** Fortaleza, CE, 2013.

_____. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. Instituto de Estudos e Pesquisas do Estado do Ceará-IPECE. **Boletim de conjuntura cearense.** Fortaleza, CE, Dezembro 2013. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/ceara-em-numeros>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

_____. Decreto Nº 30.933, de 29 de junho de 2012. **Institui o programa de Bolsa Estágio para alunos e egressos do Ensino Médio da Rede Pública Estadual voltados à formação técnica e qualificação profissional, e dá outras providências.** Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, CE, 03 julho 2012.

_____. Decreto Nº 29.705, de 8 de abril de 2009. **Regulamenta o programa de estágios em órgãos e entidades da administração pública estadual direta,**

indireta, autárquica e fundacional para adequar as disposições impostas pela **Lei Federal Nº11.788, de 25 de setembro de 2008 e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado do Ceará. Poder Executivo, Fortaleza, CE, 14 de abril de 2009.

_____. Secretaria de Educação do Estado do Ceará. **Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará (2008-2010)**. Fortaleza, 2008. (2008a)

_____. Decreto Nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008. **Dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, no âmbito da Secretaria de Educação, e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado do Ceará. Poder Executivo, Fortaleza, CE, 23 de dezembro de 2008. (2008b)

_____. Lei Nº 14.048, de 28 de dezembro de 2007. **Autoriza a abertura de créditos especiais e dá outras providências**. Fortaleza, CE, 2007. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/5463247/pg-1-caderno-1-diario-oficial-do-estado-do-ceara-doece-de-28-12-2007>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

_____. Decreto Nº 29.139, de 26 de dezembro de 2007. **Aprova o regulamento, altera a estrutura organizacional, dispõe sobre a distribuição e denominação dos cargos de direção e assessoramento superior da Secretaria da Educação (SEDUC), e dá outras providências**. Fortaleza, CE, 2007 Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/5463247/pg-1-caderno-1-diario-oficial-do-estado-do-ceara-doece-de-28-12-2007>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

_____. Decreto Nº28.699, de 17 de abril de 2007. **Dispõe sobre a remoção de cargos de direção e assessoramento superior da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG)**. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, CE, 19 de abril de 2007.

_____. Lei Nº 13.875, de 7 de fevereiro de 2007. **Dispõe sobre o Modelo de Gestão do Poder Executivo, altera a estrutura da Administração Estadual, promove a extinção e criação de cargos de direção e assessoramento superior, e dá outras providências**. Fortaleza, CE, 2007. Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2007/13875.htm>>. Acesso em: 15 dez 2014.

_____. Decreto Lei Nº 1.440, de dezembro de 1945. **Cria a Secretaria de Educação e Saúde do Estado do Ceará e seus primeiros serviços**: Diretoria Técnica de Educação, Colégio Estadual do Ceará, Escola Normal Justiniano de Serpa, Escola Normal Rural de Juazeiro, Departamento Estadual de Saúde e Serviço de Educação Física. A secretaria teve a seguinte constituição: Gabinete do Secretário, Secção do Expediente, Secção de Contabilidade, Secção de Estatística Educacional, Secção Técnica, Secção de Comunicação, Turma de Pessoal, Delegacias Regionais do Ensino, Inspetorias do Ensino Normal Comum, Inspetorias do Ensino Normal Rural, Assistência Dentária Escolar, Escola Normal Rural de Juazeiro, Cursos Técnicos Profissionais Femininos, Portaria, Biblioteca, Almoxarifado. Fortaleza, CE, 1945. Disponível em: <

<http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/institucional/historico>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

ClAVATTA, M; RAMOS, M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

COSTA, T. R. V. **Métodos quantitativos**. Brasília: FGV Projetos – Curso de Formação para Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais, 2008. 75 p. Mimeografado.

FONSECA, C. S. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FREITAS, A. D. S. de. **Gestão Financeira de Política de Ensino Médio Integrado e Integral do Ceará**. 129f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública), Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação Pública. Juiz de Fora-MG, 2014.

GARCIA, S. R. de O. **O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil**. In: Trabalho e Crítica. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

_____, S. R. de O. **A Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio no Paraná: Avanços e desafios**. 147f. Tese. (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Paraná, Faculdade de Educação, Departamento de Educação, Curitiba, 2009.

GONÇALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 3 ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa. Censo Escolar** [on-line]. 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-microdados>>. Acesso em: 14 set. 2015.

INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade Social das Empresas: a contribuição das universidades**. São Paulo: Petrópolis: 2003. v. II.

JOST, A; SCHLESENER, A. H. **Trabalho e Formação Humana: observações acerca dos escritos de Marx**. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/trabalho-e-formacao-humana.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2015.

MUNCK, L; SOUZA R. B. de. Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade organizacional: a hierarquização de caminhos estratégicos para o desenvolvimento sustentável. **Revista Brasileira de Estratégia**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 185-202, maio/ago. 2009.

HARDJONO, T. W.; Van MARREWIK, M. The social dimensions of business excellence. **Corporate Environmental Strategy**, New York, v. 8, n. 3, p. 223-233, 2001.

OLIVEIRA, R. de; GOMES, A. M. A expansão do Ensino Médio Escola e democracia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 69-81, jan./jun. 2011.

PORTUGAL, H. H. A.; ALMEIDA, M. S. S. CIDADANIA, EDUCAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL: falácias gastas em um discurso retórico?. **Scientia Iuris**, Londrina, v.5/6, p. 259-287, 2001/2002.

RICO, E. de M. A responsabilidade social empresarial e o Estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo Perspectivas**. [online]. V.18, n.4, pp. 73-82, 2004.

RICO, E. de M. **Filantropia Empresarial e a Gestão de Projetos Sociais**. 2001. 159 f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Ciências Sociais, Estudos de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP, São Paulo, 2001.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, E. N. M.. Educação e prática de responsabilidade social: espaços de construção da cidadania? **Integração**, n. 63, jun 2006. Disponível em: <<http://integracao.fgvsp.br/ano9/06/administrando.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2006.

SPOSATI, A. O. et al. **A assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras**. São Paulo: Cortez, 1985.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

APÊNDICE A

PROJETO DE LEI

INSTITUI O SELO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL PARA COM A FORMAÇÃO EDUCACIONAL DA JUVENTUDE CEARENSE ÀS EMPRESAS CONCEDENTES DE ESTAGIO AOS ALUNOS DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (EEEP) PERTENCENTES A REDE ESTADUAL DE ENSINO DO CEARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Governador do Estado do Ceará

Faço saber que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Estado do Ceará, o “SELO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL COM A FORMAÇÃO EDUCACIONAL DA JUVENTUDE CEARENSE” a Concedentes de Estágio à alunos das EEEPs.

Art. 2º O selo será concedido a pessoas físicas e jurídicas, que exerçam profissionalmente atividade, econômica ou não, organizada para a produção ou circulação de bens e produtos ou prestação de serviços cujas atividades podem ser de ordem pública ou privada.

Parágrafo único: Para os fins desta Lei, o presente selo poderá ser concedido também àqueles que exercem profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística desde que suas atividades esteja correlatas.

- I – Ambiente e saúde;
- II – Infraestrutura;
- III – Recursos Naturais;
- IV – Controle e processos Industriais;
- V – Produção alimentícia;
- VI – Segurança;
- VII – Desenvolvimento educacional e social;
- VIII – Produção Cultural e design;
- IX – Turismo, hospitalidade e lazer;
- X – Informação e comunicação;
- XI – Produção Industrial;
- XII – Gestão e negócio.

Art. 3º Somente poderão candidatar-se ao “SELO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL COM A FORMAÇÃO EDUCACIONAL DA JUVENTUDE CEARENSE”, aqueles que:

- I- Se enquadrarem no disposto no Art. 2º da presente lei;
- II – Receber como estagiários, os alunos matriculados nas Escolas de Educação Profissional;
- III – Estiver atuando de acordo com a política de regulamentação institucional do Estado do Ceará;
- IV – Estar de acordo com a legislação tributária vigente;

V - Dispor dos insumos adequados para o exercício de sua função;

VI – Submeter-se avaliação pelo órgão responsável dos alunos, no caso SEDUC;

Art. 4º O “SELO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL COM A FORMAÇÃO EDUCACIONAL DA JUVENTUDE CEARENSE”, terá como objetivos:

I – Conceder “SELO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL COM A FORMAÇÃO EDUCACIONAL DA JUVENTUDE CEARENSE”, baseada em critérios técnicos;

II – Incentivar e estimular a certificação das empresas, para que obtenham um ambiente receptivo aos alunos em campo de estágio;

III - Valorizar a Responsabilidade Social da empresa, promovendo imagem positiva das empresas no âmbito social e político;

IV – Viabilizar o compromisso social de colaborar com a logística aos alunos em campo de estágio, tais como: disponibilizar aos alunos Materiais e Equipamento de Proteção Individual;

- a) Incentivar as Instituições parceiras, candidatas ao selo de qualidade, dispor de colaboração técnica, na formulação/reformulação de matrizes curriculares dos cursos técnicos;
- b) Buscar cooperação financeira para auxílio dos transportes dos alunos para o local do estágio;
- c) Firmar parcerias de colaboração com o pagamento da bolsa-estágio na sua totalidade, ou de forma parcial.

Art. 5º É prerrogativa da empresa operadora que aderir ao programa de qualificação:

I – Utilizar em suas peças publicitárias o “SELO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL COM A FORMAÇÃO EDUCACIONAL DA JUVENTUDE CEARENSE”, que lhe for conferido;

II – Ser referida nas publicações promocionais oficiais, disponíveis na área a que se referir;

Art. 6º O empreendedor que possuir o selo gozará do direito de:

I – fazer parte das Políticas de estado, voltadas à sua promoção em revistas, eventos, folders, cartilhas, site e outros;

II – fazer parte das demais políticas de desenvolvimento da atividade de Desenvolvimento social e econômico;

Art. 7º Fica a Secretaria de Educação - SEDUC, autorizada a emitir o “SELO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL COM A FORMAÇÃO EDUCACIONAL DA JUVENTUDE CEARENSE” e firmar convênios com outros Órgãos Públicos, para fiscalização da presente Lei.

Art. 8º O selo terá a validade de 01 (um) ano, sendo classificado em 03 (três) categorias, de acordo com o nível de comprometimento:

I – Diamante;

II – Ouro;

III – Prata.

Parágrafo único: Os critérios de classificação da categoria do selo serão definidos através de ato do Secretário da Educação do Estado observando os parâmetros disposto no Art. 4º da referida Lei.

Art. 9º Esta Lei poderá ser regulamentada, no que couber pelo Chefe do Poder Executivo.

Art.10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos _____ de _____ de 2015.

APÊNDICE B**SELO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL COM A FORMAÇÃO EDUCACIONAL DA
JUVENTUDE CEARENSE**

APÊNDICE C

ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO APLICADO NAS EMPRESAS CONCEDENTES DE ESTÁGIO

Prezado (a) Senhor (a)

O presente questionário se configura em instrumental de pesquisa como parte de um estudo sobre a política de Educação Profissional em andamento no estado do Ceará, sob o título EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A ESTRUTURA DO FINANCIAMENTO DA BOLSA-ESTÁGIO NA REDE DE ENSINO DO ESTADO DO CEARÁ, desenvolvida pelo pesquisador ANTONIO IDILVAN DE LIMA ALENCAR aluno do Curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública do Centro de Políticas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, sob a orientação da Prof. Dr. Marcus David.

O estudo tem como objetivo analisar as estruturas de financiamento da bolsa-estágio dos cursos profissionalizantes oferecidos pelas Escolas Estaduais de Educação Profissional do Estado do Ceará, com a finalidade propor um plano de ação sobre a matriz de financiamento deste processo sob a premissa da responsabilidade social do setor privado com o processo educacional do estado.

Convida-se Vossa Senhoria a contribuir com a disponibilidade em dialogar com o pesquisador sobre a referida política educacional.

DADOS PREENCHIDOS PELO PESQUISADOR

I - PERFIL DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL: _____

CIDADE: _____

SETOR ECONÔMICO:

- () Serviços () Comércio () Pesquisa/Tecnologia
() Serviços / Comércio () Indústria

ÁREA DE ATIVIDADE:

- () Ambiente e Saúde: Biotecnologia, Enfermagem, Estética, Meio Ambiente, Nutrição e Dietética, Saúde Bucal e Massoterapia
() Infraestrutura: Agrimensura, Desenho da Construção Civil, Edificações, Móveis e Portos
() Recursos Naturais: Agricultura (Floricultura), Agronegócio, Agropecuária, Aquicultura, Fruticultura e Mineração
() Controle e processos Industriais: Automação Industrial, Eletromecânica, Eletrotécnica, Manutenção Automotiva, Mecânica e Química

- () Produção alimentícia: Agroindústria
- () Segurança: Segurança do Trabalho
- () Desenvolvimento Educacional e Social: Instrução de Libras, Secretaria Escolar, Tradução e Interpretação de Libras
- () Produção Cultura e design: Design de Interiores, Gestão Cultural, Modelagem do Vestuário, Paisagismo, Produção de Áudio e Vídeo, Produção de Moda e Regência.
- () Turismo, hospitalidade e lazer : Eventos, Guia de Turismo e Hospedagem
- () Informação e Comunicação: Informática e Redes de Computadores
- () Produção Industrial: Cerâmica, Fabricação Mecânica, Petróleo e Gás, Têxtil e Vestuário
- () Gestão e Negócio : Administração, Comercio, Contabilidade, Finanças, Logística, Secretariado e Transações Imobiliária

PORTE:

- () Micro/Pequeno Porte
- () Médio Porte
- () Grande Porte

Informação: Prezado participante, antes de iniciarmos com o preenchimento do presente questionário, por favor, indique abaixo o cargo que ocupa na empresa:

- () Proprietário/Sócio
- () Gestor de Recursos Humanos
- () Diretor Administrativo
- () Outro _____

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS: _____

NÚMERO DE ESTAGIÁRIOS: _____

II- PESQUISA

1 -. Você conhece o programa de educação profissional implantado nas escolas estaduais de educação profissional do Ceará?

- () Sim
- () Conheço parcialmente
- () Não

2 – O que acha da referida política educacional ?

- () Excelente
- () Boa
- () Regular
- () Ruim
- () Não se aplica

3 – Qual o grau de satisfação da sua empresa com o trabalho desenvolvido pelos estagiários oriundos das escolas estaduais de educação profissional :

- () Alto
- () Regular
- () Baixo

4 – Você recomendaria o recebimento de estagiários oriundos das escolas estaduais de educação profissional a outras empresas?

() Sim

() Não

5 – Qual a percepção que sua empresa tem sobre responsabilidade social:

() É difícil de colocar em prática em determinadas áreas de atividade;

() É mais facilmente implementada em grandes empresas

() Cabe em empresas de qualquer porte ou área de atuação.

() Contribui para agregar valor à marca da empresa

() Não há um conceito formado sobre a questão em minha empresa.

6 – Qual a principal motivação para a sua empresa receber estagiários das escolas profissionais ? Numere em ordem de prioridade: 1 para maior prioridade e 4 para a menor.

() A possibilidade de contratar estagiários para integrar o quadro permanente

() Contribuir para a formação de bons técnicos para o mercado de trabalho cearense

() Suprir uma carência de funcionários da empresa

() Atendimento às determinações legais;

() O acompanhamento do desempenho do estagiário pelas instituições;

() A credibilidade da instituição e qualidade da formação oferecida ao estagiário;

() A possibilidade de transmitir ao estagiário os valores da empresa visando a formação de banco de talentos;

() Outro (especifique)

Muito obrigado por sua participação!

APÊNDICE D**PORTARIA Nº XXX/2016-GAB**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto no art. xx, da Lei xx, de xx de xxxxx de xxxx, e CONSIDERANDO a necessidade de criar mecanismos de incentivo ao estágio das escolas de educação profissional, RESOLVE: I – Criar Grupo de Trabalho composto por 05 (cinco) servidores da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ, Secretaria da Educação do Estado do Ceará - SEDUC, Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará – SEPLAG, Secretaria do Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará – SDE, abaixo designados, para, sob a coordenação do primeiro, realizar estudos e propor benefícios fiscais para as empresas concedentes de estágios aos alunos das escolas estaduais de educação profissional; II – Os trabalhos deverão ser concluídos no prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado; III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERVIDOR**MATRÍCULA**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXX-X
 XXXX-X
 XXXX-X
 XXXX-X
 XXXX-X

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos _____ de _____ de 2016.

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

APÊNDICE E

SINTESE DA INTER-RELAÇÃO PESQUISA E PLANO DE AÇÃO

Análise dos dados	PAE
29,49 % das empresas que não conhecem bem a política	<u>Intervenção 1:</u> Elaboração e implementação de plano de divulgação da Política de Educação Profissional do Ceará
92,26 % consideram excelente ou boa a política educacional	<u>Intervenção 2:</u> Elaboração e implementação de plano para captação de parceiros concedentes de campo de estágio <u>Intervenção 3:</u> Proposta de minuta de Lei para criação do Selo de Responsabilidade Social <u>Intervenção 4:</u> Proposta de criação de um grupo de trabalho para estudar benefícios fiscais para empresas concedentes do estágio.
77,43 % tem um alto grau de satisfação com o desempenho dos estagiários	
99,18 % recomendam a contratação dos estagiários para outras empresas	
77,15 % consideram a temática responsabilidade social pertinente ou entendem que agrega valor a empresa	
45,80 % recebem estagiários motivados prioritariamente com a possibilidade de contratar estagiários para o quadro permanente	
66,89 % recebem estagiários prioritariamente motivados com o objetivo de contribuir para a formação de bons técnicos para o mercado cearense	